



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE PSICOLOGIA

FELIPE FOOK BASTOS

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO (AT), TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS (TAA) E PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA: diálogos para uma prática integrada sustentada pelo conceito de mundo-da-vida.

São Luís

2018

FELIPE FOOK BASTOS

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO (AT), TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS (TAA) E PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA: diálogos para uma prática integrada sustentada pelo conceito de mundo-da-vida.

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção de grau de Psicólogo.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Jean Marlos Pinheiro Borba

São Luís

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Fook Bastos, Felipe.

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO AT, TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS TAA E PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA : diálogos para uma prática integrada sustentada pelo conceito de mundo-da-vida / Felipe Fook Bastos. - 2018.

86 f.

Orientador(a): Jean Marlos Pinheiro Borba.

Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA, 2018.

1. Acompanhamento Terapêutico. 2. Fenomenologia. 3. Psicologia Fenomenológica. 4. Terapia Assistida por Animais. I. Marlos Pinheiro Borba, Jean. II. Título.

Felipe Fook Bastos

ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO (AT), TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS (TAA) E PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA: diálogos para uma prática integrada sustentada pelo conceito de mundo-da-vida.

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção de grau de Psicólogo.

Orientadora: Prof^o. Dr^o. Jean Marlos Pinheiro Borba

Aprovada em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr^o. Jean Marlos Pinheiro Borba (Orientador)
Doutor em Psicologia Social
Universidade Federal do Maranhão

Prof^o. Ma. Wanderléa Nazaré Bandeira Ferreira (Examinadora)
Mestra em Psicologia Clínica
Universidade Federal do Maranhão

Psi. Lidiane Verônica Collares da Silva (Examinadora)
Mestranda em Psicologia
Universidade Federal do Maranhão

Psi. Ana Paula Rezzo Pires Reinert (Suplente)
Mestranda em Psicologia
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Existem muitas pessoas a quem devo agradecer, pois muitos foram os estímulos para que eu conseguisse conciliar tantas atividades e acontecimentos ao longo deste ano, que com certeza, foi um dos anos mais sensacionais da minha vida.

Desse modo, agradeço primeiro a Deus, que tem me mostrado o caminho e mantido meu coração sereno diante das adversidades. Em seguida, agradeço ao meu pai, Jeverson de Sousa Bastos, a quem devo incontáveis risos, algumas rugas e muitas aventuras; e à minha amada mãe, Karina Donato Fook, que é simplesmente o maior exemplo de força e paciência que já conheci, com quem eu aprendi o real significado de amor incondicional.

Agradeço a minha irmã Larissa, pelas longas conversas sobre assuntos tão diversos, e que me renderam tantos risos, e que por tantas vezes, fizeram dos meus dias mais felizes. Agradeço a meu irmão Gustavo, que é a criança mais amorosa e genial que já conheci.

Agradeço aos meus tios e tias, em especial, Karol, Danilo, Karla, Inaldo, Rachid e Lucivanda, que tantas vezes me orientaram e me deram tanto crédito, quanto palavras amigas.

Agradeço aos meus amigos de vida, Gabriel Matos, Vitor Ayres, Davi Santiago e João Pedro Gomes, que me ofereceram os mais instigantes diálogos e debates, as mais alucinantes aventuras e que eu tive a honra de conseguir preservar.

Agradeço à minha namorada, Nathyelle Palhano, que tanto incentivou-me a manter uma rotina de estudos, e que foi a pessoa que mais perguntou sobre os avanços que fazia nessa monografia. Agradeço pelas palavras amorosas, a paciência e o incentivo.

Agradeço às minhas amigas de sala: Amanda, Thaís, Ana Beatriz, Júlia, Juliana, Beatriz Marinho, Luanda Queiroz e Flávia Haidar. Pessoas com o dom de transformar o inferno em paraíso.

Agradeço aos meus amigos de rua e de copo, com quem cresci andando e brincando nas tardes saudosas de minha antiga infância. Aqui, dedico a Roque Fiquene, Guilherme Rayol, João Victor Rabelo, Gabriel e Guilherme Almeida e Anselmo Jansen tantas histórias que não seria capaz de contar todas, nem se quisesse.

Agradeço aos meus professores que tanto me ensinaram e que me fascinaram: Prof. Denise, Prof. Lucas, Prof. Graco, Prof. Yram, Prof. Yldry, Prof. Tony Nelson, Prof. Holga, Prof. Dario, Prof. Carla, Prof. Rosane e, esta adorável examinadora, Prof. Wanderléa, cuja energia alegra todos a sua volta.

Agradeço ao meu professor e amigo, Jadir por inúmeros convites para as mais diversas atividades, e por sempre ter acreditado em meu potencial.

E agradeço ao meu orientador e amigo, Prof. Jean, que sem dúvida foi determinante para que eu me encantasse pela Psicologia e pela fenomenologia, que acalmou tantas das minhas angústias.

Agradeço à Lidiane e Juliana Cutrim, por terem me encorajado nos momentos finais dessa monografia e permitirem que o trabalho ficasse pronto a tempo.

Agradeço por fim à NovaMente e o MEJ, por tanta experiência e por ter me propiciado conhecer tantas pessoas.

E agradeço à LAMP, minha querida liga, que propiciou algumas das minhas experiências mais marcantes em minha graduação e em minha vida, além de ter me posto de frente com tantas pessoas maravilhosas.

Agradeço à galera do ver-sus raposa, por me permitir saber que não estou sozinho na luta de fazer desse país, um lugar melhor e mais humanizado.

E agradeço a todos que cruzaram pela minha vida, nesses longos e significativos 22 anos de vida, e que de alguma forma me ajudaram a ser uma pessoa melhor.

*“Todos estamos deitados na sarjeta,
Só que alguns estão olhando para as estrelas”.*
(Oscar Wilde)

RESUMO

A presente monografia é fruto de uma pesquisa que tem por objetivo investigar as possibilidades de integração entre o acompanhamento terapêutico (AT) e a Terapia Assistida por Animais (TAA) e objetivo compreender se é possível e, sendo este o caso, quais os modos dessa integração, compreendendo também os limites, os benefícios, as implicações éticas, as indicações e as contraindicações da articulação desses dois procedimentos. Assim, resultando em uma sistematização inicial de recomendações e possibilidades de integração que se mostram coerentes conforme o material pesquisado. Essa pesquisa se postula no referencial teórico da fenomenologia de E. Husserl de modo transversal: tanto enquanto postura epistemológica para apreender os fenômenos em meio ao levante bibliográfico realizado, quanto postura clínica que norteou as concepções e as discussões acerca das duas práticas estudadas (TAA e AT). Desse modo, se colca em questão as possibilidades e os desafios de pensarmos novas formas de fazer e exercer a Psicologia clínica e propiciar resultados terapêuticos na nossa digna condição profissional de cuidador das angústias e dos sofrimentos alheios. Ademais, também situa o que a Psicologia clínica de base Husserliana compreende enquanto proposta terapêutica.

Palavras-Chaves: Terapia Assistida por Animais; Acompanhamento Terapêutico; Fenomenologia; Psicologia Fenomenológica.

ABSTRACT

This monograph is the result of a research that aimed to investigate the possibilities of integration between Therapeutic Accompaniment (TA) and Animal Assisted Therapy (AAT) and aimed to understand if it is possible and, if this is the case, what integration, including the limits, benefits, ethical implications, indications and contraindications of the articulation of these two procedures. Thus, resulting in an initial systematization of recommendations and integration possibilities that are coherent according to the material researched. This research is postulated in the theoretical framework of E. Husserl's phenomenology in a transversal way: both as an epistemological posture to apprehend the phenomena in the midst of the bibliographic survey carried out, and the clinical posture that guided the conceptions and discussions about the two practices studied (AAT and TA). In this way, we question the possibilities and challenges of thinking about new ways of doing and practicing clinical psychology and providing therapeutic results in our worthy professional condition as caretaker of anguishes and other sufferings. In addition, it also situates what Husserlian clinical psychology understands as a therapeutic proposal.

Key-words: Animal-Assisted Therapy; Therapeutic Accompaniment; Phenomenology; Phenomenological Psychology.

LISTA DE SIGLAS

TAA – TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS.

PF – PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA

AT – ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO

at – ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO

OBS1: a distinção entre as siglas “AT” e “at” não é arbitrária, é a recomendação de Fiorati e Saeki (2008, p. 763).

OBS2: a inserção da letra “s” no final da sigla indica que todas as palavras representadas na sigla se encontram no plural.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS	16
3 AS TERAPIAS ASSISTIDAS POR ANIMAIS	17
4 O ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO	23
5 A PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA E UMA CLÍNICA HUSSERLIANA	29
6 METODOLOGIA	36
7 DISCUSSÃO	44
7.1 A Questão do Animal	45
7.2 A Questão do Acompanhamento	55
7.3 A Questão da Terapêutica	64
7.4 Considerações Complementares e Síntese	70
9 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
11 REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia é fruto de uma pesquisa que tem por objetivo investigar as possibilidades de integração entre o acompanhamento terapêutico (AT) e a Terapia Assistida por Animais (TAA) e objetiva compreender se é possível e, sendo este o caso, quais os modos dessa integração, compreendendo também os limites, os benefícios, as implicações éticas, as indicações e as contraindicações da articulação desses dois procedimentos. Assim, resultando em uma sistematização inicial de recomendações e possibilidades de integração que se mostram coerentes conforme o material pesquisado. Visando assim, a ética da prática clínica da psicologia, as especificidades de cada caso e de cada intervenção e o papel do profissional no processo terapêutico. Também propiciou uma sistematização inicial de recomendações, precauções, aparentes impossibilidades e cuidados que o profissional deve ter em cada uma das práticas. Além disso, tangenciou outros fenômenos e aspectos que circundam os conceitos estudados pela pesquisa em questão, como o especismo e a caracterização do que é a animalidade e da existência com um outro.

Ademais, de modo inicial e com a finalidade de promover a contextualização, fez-se necessário, no presente texto, demarcar elementos conceituais e históricos sobre ambos os fenômenos intencionados para esse estudo, o que será explicitado nos capítulos posteriores, assim como também se considerou de suma importância delimitar os aspectos metodológicos e epistemológicos que subsidiaram essa pesquisa. Portanto, o delineamento da postura fenomenológica enquanto método e postura investigativa, bem como postura clínica, manifestou-se de modo transversal nesse projeto.

Portanto, essa pesquisa não pode se limitar ou pretender propor um mero desenho técnico-interventivo, pois não se trata de modular um fazer, como que se propusesse uma técnica, ou como se houvesse alguma garantia de um resultado certo já esperado. Mas, de outra forma, por tratar-se de uma proposta compreensiva, em especial por se tratar da fenomenologia aos moldes husserlianos, com uma preocupação nitidamente ética e acerca do sentido do conhecimento (CAVALIERI, 2010).

Logo, é oportuno clarificar que a proposta dessa pesquisa não foi compor um escopo ou uma sistematização de mera atuação técnica ou procedimental, mas sim, analisar as estruturas essenciais das duas modalidades interventivas e verificar se há possibilidade de uma integração, evidenciando as suas possibilidades práticas e suas peculiaridades, dentro de uma clínica fenomenológica, assumindo uma postura de rigor radical ao intencionar os objetos pretendidos. Todavia, a fenomenologia comparece também como caminho metodológico, propiciando o

referencial epistemológico não apriorístico e radical, conforme proposto por Edmund Husserl.

Em suma, a pesquisa é realizada dentro do referencial da Psicologia Fenomenológica, valendo-se de seus conceitos, da sua postura, de sua visão de homem e de mundo. Porém, também conta com a fenomenologia enquanto método investigativo, para que se possam alcançar as estruturas essenciais dos fenômenos, de um modo compreensivo, desvelando sentidos, que de outro modo ficariam ocultos às concepções epistemológicas das ciências naturais.

Assim, a articulação das duas práticas sustenta-se nesse conceito, pois, é um ponto de convergência entre ambas dentro de um viés clínico na fenomenologia. Visto que as TAAs são pautadas em um vínculo entre o homem e animal não-humano, remetendo às suas vivências e ao seu modo de relacionar-se com o mundo, sendo os animais parte integrante deste; enquanto, o AT é pautado no acompanhamento da pessoa em atendimento em sua rotina também mantendo observância os seus modos de se dirigir ao mundo e de se relacionar com ele (ANTÚNEZ et al, 2011).

Desse modo, ambas podem encontrar um ponto articulador comum dentro da Psicologia Fenomenológica por meio do conceito de Mundo-da-vida. Este conceito retrata uma horizonticidade na significação dos fenômenos intencionados pela consciência, diferentemente do esgotamento do objeto quando estudado pelas ciências naturais, como a física e a química, o objeto não se esgota, pois existe um horizonte infinito de sentidos, e é a proposta da fenomenologia retornar às coisas mesmas, ao seu sentido originário, ou seja, enquanto essências (GUIMARÃES, 2013).

Em suma, essa pesquisa consiste em uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo e cujo referencial epistemológico e metodológico é a fenomenologia. Pretende-se, portanto, avaliar as diferentes manifestações dos fenômenos supracitados em diferentes artigos científicos, capítulos de livros, livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado e monografias, de modo a delimitar as suas respectivas características essenciais. Além disso, a literatura permite que se evidencie as intenções do autor ao escrever sobre o fenômeno, também possibilitando que se intencione os diferentes modos de manifestações, e outros fenômenos que se relacionam e se demonstraram enquanto pertinentes para a escrita deste trabalho.

Logo, os resultados dessa pesquisa, para além das sistematizações propostas sobre as investigações acerca da integração clínica entre TAA e AT, suas respectivas relações com o conceito de husserliano de mundo-da-vida; e da descrição eidética de cada um desses fenômenos, também tangenciou conceitos e fenômenos como a ética, o especismo, a terapêutica, o cuidado, o vínculo, a empatia e a alteridade que no auxiliam na compreensão mais

ampla das implicações gerais desses fazeres.

Também se justifica o presente trabalho em um grande pilar: a importância de novos desenvolvimentos e investigações que possam vir a contribuir para um processo psicoterápico. É sabido que o termo Psicologia clínica surgiu em 1896, fundado por Lightner Witmer, com a proposta de que a Psicologia deveria ajudar as pessoas propiciando diagnósticos, atendimento e tratamento à saúde mental (WERLANG; ARGIMON; SÁ, 2015).

Desse modo, a psicoterapia surgiu como modalidade da Psicologia clínica, muito influenciada pelo modelo médico, imerso nos paradigmas de normatividade e de enfoque nas manifestações patológicas. Mantendo, assim, limitações, tanto no que concerne aos seus processos avaliativos intrínsecos, quanto aos seus alcances em geral, especialmente tratando-se do atendimento às novas e maiores demandas; bem como às novas áreas de inserção profissional do psicólogo (PIMENTEL, 2012; MELO, 2014).

Estas críticas se balisam em diversos aspectos, das quais, pode-se citar: a falta de adequação desse modelo psicoterápico inspirado no modelo médico às atuais demandas, políticas públicas e cenários de inserção dos psicólogos, sobretudo em equipes interdisciplinares; a limitação no número de pessoas atendidas; o tempo decorrido em um processo psicoterápico e o limitante espaço do *setting* terapêutico. Todos esses desafios para o exercício clínico acabaram por abrir margens a novas modalidades de atendimento e de fazeres clínicos como, por exemplo, psicoterapia grupal, as psicoterapias breves, a clínica ampliada, os consultórios de rua e o acompanhamento terapêutico (PACHECO, 2006; PIMENTEL, 2012; MELO, 2014; SOUZA; MACERATA, 2015; LONDERO).

Além disso, acresce-se às limitações da psicoterapia clássica a importância dos desenvolvimentos de novas estratégias e recursos clínicos, sejam com finalidades terapêuticas ou avaliativas. Assim, apresenta-se como oportuno a prerrogativa deste escrito em investigar na literatura a estrutura de dois fazeres distintos que vem contribuindo para o enriquecimento da atividade clínica, e a possibilidade de diálogo entre essas duas práticas.

Destarte, não objetiva, contudo, estabelecer um procedimento normativo, ou um modelo de atuação técnica, mas sim em subsidiar alguns direcionamentos e diretrizes para interlocução de ambas as práticas.

Portanto, é oportuno situar, conforme supracitado na introdução, que as práticas que serão articuladas teoricamente em nível textual são o Acompanhamento Terapêutico (AT) e a Terapia Assistida por Animais (TAA). O que justifica e embasa a escolha dessas duas modalidades são: a articulação do processo terapêutico em uma clínica de referencial fenomenológico ser pautado no conceito de mundo-da-vida (BASTOS; BORBA, 2018;

ANTÚNEZ et al, 2011) e as características individuais de cada uma dessas práticas, relevância histórica, científica e terapêutica de cada uma delas.

Em especial, as TAAs justificam-se perante sua abrangência, já tendo sido prestada a mais de um milhão de pessoas, e pelos seus benefícios já constatados na literatura, além de suas diversas áreas de inserção, incluindo diversos relatos históricos e ilustres de caso que corroboram para a sua contribuição para resultados terapêuticos no âmbito da saúde mental. Cita-se a título de exemplo, então, os casos do Dr. Boris Levinson, nos Estados Unidos da América, e da Dr^a. Nise da Silveira no Brasil, que serão detalhados e discutidos posteriormente. É também uma prática antiga, com os primeiros relatos sobre os efeitos terapêuticos entre homens e animais datados desde a antiguidade (DOTTI, 2014).

Quanto ao AT, evidenciamos uma história longa e nascente juntamente com os diferentes modos de atenção à saúde mental. Nasce como uma extensão da clínica, ainda inserido no modelo hospitalocêntrico e manicomial, mas já impregnado por diversos movimentos anti-institucionais vigentes na Europa, em especial na segunda metade do século XX. Dentre suas vantagens, ele permite que se obtenham dados e conteúdos de maneira direta sem o intermeio do cliente, permite a observação em loco, maior riqueza de detalhes sobre as atividades que possuem relevância clínica para a pessoa em atendimento e mais tempo com o cliente, não mais restrito ao ambiente do *setting* terapêutico tradicional, marcado por uma sala de atendimento, e onde a vida é analisada e discutida entre quatro paredes, longe de onde ela mesma ocorre e se manifesta com maior intensidade: no mundo (ANTÚNEZ et al, 2011). Ademais, configure-se enquanto uma prática alinhada com as atuais políticas públicas e com a reforma psiquiátrica brasileira, demonstrando-se como uma forma de atuação consistente e alinhada com o conceito de rede do Sistema Único de Saúde (SUS) (PALOMBINI, 2006).

Portanto, o AT e as TAAs, evidenciaram-se ambas como práticas que permearam a história e os fazeres da Psicologia enquanto possibilidades de estratégias terapêuticas, sendo oportuna uma reflexão profunda sobre ambas para que se possam pensar formas de integração entre ambas as práticas. Em especial, porque ambas circundam as relações do humano com o seu mundo, seja pelo acompanhamento dos aspectos cotidianos (AT), seja pelo seu modo de relacionar-se com os demais animais (TAA).

2 OBJETIVOS

GERAL:

Analisar na literatura evidências acerca dos limites e possibilidades de uma prática integrada entre Terapias Assistidas por Animais (TAA) e Acompanhamento Terapêutico (AT), subsidiado no conceito de mundo-da-vida, presente na Psicologia Fenomenológica de Edmund Husserl.

ESPECÍFICOS:

- a) Descrever os modos essenciais do Acompanhamento Terapêutico (AT) e da Terapia Assistida por Animais (TAA) conforme descritos na literatura;
- b) Analisar a importância do conceito de mundo-da-vida para uma clínica fenomenológica, pautada na fenomenologia husserliana;
- c) Compreender quais as implicações e os sentidos do vínculo homem-animal no mundo-da-vida da pessoa em atendimento são evidenciados nos textos que abordam o assunto;
- d) Sistematizar a literatura, bem como as características e especificidades do Acompanhamento Terapêutico (AT) e da Terapia Assistida por Animais (TAA) que recomendem, contraindiquem, possibilitem, limitem ou impeçam uma prática integrada.

3 AS TERAPIAS ASSISTIDAS POR ANIMAIS

É impossível datar de maneira precisa o início da relação entre seres humanos e demais animais, isso porque desde os primórdios da história humana na terra, visto que a compartilhamos com outros seres vivos, de modo que foi impossível que se estabelecesse uma relação de indiferença entre a humanidade e as demais espécies. Isso pode ser constatado de diversos modos e momentos na história, através fósseis e múmias humanas enterradas e sepultadas com seus respectivos animais (BORBA, 2015; MACHADO et al, 2008).

Destarte, situa-se que, historicamente, os demais animais estiveram associados de modos diversos, nas mais variadas culturas, simbolizando atributos e virtudes humanas, servindo de base simbólica e estrutural para a sociedade, representados enquanto divindades e partes do universo, habitando uma posição equivalente a dos seres humanos no cosmo, dotados muitas vezes de qualidades humanas (CAETANO, 2010; DOTTI, 2014).

A títulos de exemplos: em algumas culturas acredita-se na possibilidade de reencarnação no corpo de um animal não-humano; existem animais sagrados, cujo consumo é proibido; divindades e criaturas fantásticas assumem formas antropozoomórficas (ROCHA; MUÑOZ; ROMA, 2016; CAETANO, 2010). Contudo, algumas demarcações devem ser feitas, de modo histórico sobre o vínculo entre seres humanos e demais animais.

Em especial, quando se situa o estudo dessa relação em termos históricos, a literatura demarca uma primeira mudança no modo de relacionamento com a passagem do período paleolítico para o neolítico. No primeiro, certas crenças animistas típicas do paleolítico, ainda encontradas atualmente em populações inuit, são caracterizadas por um reconhecimento de um grau hierárquico igual entre os seres humanos e os demais animais, de modo a existir um tratamento respeitoso de todos os animais, vivos ou mortos. Também podem-se citar as culturas shamanistas, igualmente entendidas pelas autoras enquanto paleolíticas, que defendiam um tempo anterior no qual não existiam diferenças físicas entre o homem e os demais animais. De modo que os animais se relacionavam com os homens na forma de seres protetores (ROCHA; MUÑOZ; ROMA, 2016).

Quando os textos contemplam períodos e civilizações neolíticas, o papel do animal se transfigura para uma relação mais utilitária. Por mais que os demais animais continuassem presentes em termos sacros e religiosos, como nas culturas egípcias e gregas, o início de uma cultura mais sedentária acabou por utilizar a força animal para a manutenção da sociedade em termos de alimentos, vestimentas, defesas e transporte (Ibdem).

Contudo, na atualidade, essa relação encontra-se mais uma vez modificada. Se no

período paleolítico os animais estavam em maior proximidade com os seres humanos em termos hierárquicos e existenciais; e se no período neolítico, mesmo a relação sendo demarcada por um viés utilitarista, ele ainda era evidentemente presente de maneira marcante no cotidiano do ser humano; o advento do cenário urbano e das novas tecnologias nos distanciou da natureza e dos demais animais, apesar deles ainda serem imprescindíveis para a manutenção da sociedade em termos mercadológicos, alimentícios e vestuários, por exemplo. Entretanto, o vínculo não está perdido, parte da população ainda conserva consigo animais domesticados no seu dia-a-dia, mas se evidencia que essa relação com um número limitado de espécies, em cenário doméstico e urbano constitui-se como elemento preponderante da contemporaneidade (DOTTI, 2014).

Assim, é oportuno perceber, ao se tratar da história das Intervenções Assistidas por Animais, e conseqüentemente da Terapia Assistida por Animais, que a sua origem remonta aos primórdios da humanidade com a relação entre humanos e os demais animais. Não sendo possível dissociar a história da relação entre homens e animais não-humanos e a história das TAAs, uma vez que é essa possibilidade de vínculo que permite um trabalho terapêutico nesses formatos (MACHADO et al, 2008). Isso se deve ao fato de que os seres humanos sempre compartilharam seu espaço com demais animais, e conseqüentemente estiveram sempre em relação (ROCHA; MUÑOZ; ROMA, 2016).

Em suma, várias foram as funções ocupadas pelos animais nas sociedades humanas, desde representações de poderes divinos e protetores familiares totêmicos, até companhia, guarda, trabalho, suporte social, tração, locomoção, alimento, dentre outros. E, ocasionalmente, ele evidenciou como resposta para muitas das angústias e sofrimentos humanos, sendo esta finalidade o início das investidas históricas que culminaram na estruturação das TAAs como concebemos hoje (CHELINI; OTTA, 2016).

Desse modo, desde a antiguidade, quando Hipócrates já defendia os benefícios da relação de um homem com o seu cavalo, até o primeiro registro de animais utilizados unicamente para fins terapêuticos, em 1699, para auxiliar o desenvolvimento de sociabilidade em crianças, pôde-se perceber as primeiras investidas para a formação das Terapias Assistidas por Animais, tal qual se conhece atualmente (DOTTI, 2014).

Contudo, o número de relatos aumentou nos séculos XVIII e XIX, quase cem anos depois do relato de 1699, em 1792, ocorreu o projeto York Retreat, na cidade de York, Inglaterra. Nesse projeto, o hospital, que recebeu idosos e pacientes acometidos de doenças mentais, começou a engajar os seus pacientes a cuidar de grupos de animais, que incluíam coelhos, galinhas, falcões e gaivotas (CHELINI; OTTA, 2016).

A partir do sucesso do projeto de York, outras instituições na Europa e nos Estados Unidos optaram por também fazer proveito das características terapêuticas propiciadas pelo vínculo entre humanos e demais animais. Alguns exemplos foram: o Hospital Bethem, em 1830, no tratamento de pacientes psiquiátricos; e um relato de 1867, no tratamento de pacientes epiléticos; em 1919 no Hospital Saint Elizabeth; em 1930 S. Freud utiliza seu cão em algumas sessões psicanalíticas; já entre 1944 e 1945 a cruz vermelha também fez uso de animais para a reabilitação de soldados americanos (DOTTI, 2014; CHELINI; OTTA, 2016).

Mais especificamente, na Psicologia observam-se três marcos históricos primordiais, tanto na utilização dos animais nos modelos que ocorrem atualmente, quanto na consolidação desse modelo enquanto uma prática que buscou por meios científicos sua validação.

O primeiro marco a ser relatado foi o incidente ocorrido no consultório do psicólogo americano Boris Levinson, que durante o atendimento de uma criança teve sua sala invadida por seu cachorro, em 1962. O resultado disso foi que, a criança que estava pouco comunicativa, interagiu com o cão, que assistiu assim, ao processo terapêutico (CHELINI; OTTA, 2016).

O segundo marco é referente à presença dessa prática no Brasil, marcado na história pela sua pioneira no país, a psiquiatra Nise da Silveira que, na década de 50, fez uso de cães sem raça definida durante um período específico de seus trabalhos. Sendo notável que ela tenha realizado suas intervenções cronologicamente anteriores à intervenção de B. Levinson, e que ambos se correspondiam por cartas, apesar de internacionalmente, ele ser reconhecido como o pioneiro na prática (DOTTI, 2014).

O terceiro marco é o do psiquiatra Michael J. McCulloch. O médico percebeu que alguns de seus pacientes levavam seus bichos para consultas veterinárias alegando que seus animais de estimação sofriam com sintomas, que na realidade, eram pertencentes ao próprio paciente. Depois dessa constatação, Michael iniciou vários trabalhos que, por fim, culminaram na fundação da Delta Society, uma associação que trabalha para expandir e legitimar as Intervenções Assistidas por Animais (Ibdem).

Ademais, além do percurso histórico de como esse modelo interventivo se aproximou da Psicologia, existem também os inúmeros benefícios que as Terapias Assistidas por Animais podem proporcionar, além de auxiliar no cuidado e no tratamento de vários sintomas em diversas síndromes e psicopatologias.

Dentre esses benefícios relatados pela literatura, pode-se citar: aumento da autoconfiança, autoestima, segurança; melhora na auto eficácia, na habilidade em resolver problemas e capacidade de enfrentamento; e estimulou os pacientes a tomar decisões e escolher mudar ou não comportamentos; diminuição dos comportamentos de manipulação, auxílio

relaxamento; sorrisos; conforto; motivação; alívio do tédio do cotidiano; espontaneidade em demonstrar afeto; melhora do humor, na disposição do ânimo e na capacidade de sentir prazer; organização do processo de comunicação verbal e não verbal; favorecimento da linguagem; aumento do pensamento crítico; melhora da narrativa linguística; diminuição da pressão arterial e frequência cardíaca; aumento da expectativa de vida ao estimular atividades saudáveis; melhora no sistema imunológico, aumento de β -endorfinas, dopamina, oxitocina e diminuição do cortisol; recreação; diversão; diminuição da solidão; inibição e isolamento; estimulação da interação social; diminuição de comportamentos sociais negativos; adesão ao processo terapêutico; melhor na atenção; concentração e cognição e auxiliou na tolerância a dor (PEREIRA; FERREIRA 2007; FERREIRA; SANTOS, 2008; COSTA; MARQUES, 2008; CAETANO, 2010; STUMM et. al, 2012; FERRER; VILLEGAS, 2012; QUEIROZ, 2014; ALVES, 2015; SCHARRA, 2015; NOGUEIRA, 2015; PEREIRA; REED; SANTOS; SILVA, 2016).

Devido a todos esses benefícios, a Terapia Assistida por Animais tem sido utilizada, por exemplo, nos seguintes casos: longas hospitalizações (adultas ou infantis), portadores do vírus da imunodeficiência humana, transtorno de espectro autista, síndrome de Down, esquizofrenia, depressão, doença de Alzheimer, para redução de comportamentos violentos em presidiários, com crianças vítimas de violência, fobias e transtornos ansiosos (PEREIRA; PEREIRA; FERREIRA, 2007; PORTO; CASSOL, 2007; KOBAYASHI et. al, 2009; CAETANO, 2010; MCCARDLE, 2013;; REED; FERRER; VILLEGAS, 2012).

Desde que as Terapias Assistidas por Animais alcançaram reconhecimento científico por meio dos resultados de seus trabalhos e de numerosas publicações em termos de produção acadêmica, pode-se situa-la como um campo de atuação e um modo de fazer do psicólogo, que em seu modo de trabalho recorre prioritariamente aos seguintes animais: cavalos, cães e gatos, como também com peixes, aves, répteis e roedores (CHELINI; OTTA, 2016).

É importante pontuar também que as Terapias Assistidas por Animais se configuram enquanto uma modalidade de Intervenção Assistida por Animais (IAA). Outras modalidades de Intervenções Assistida por Animais (IAA) são a Educação Assistida por Animais e a Atividade Assistida por Animais, a título de exemplo (CAETANO, 2010).

A Terapia Assistida por animais pode ser compreendida simplesmente como um procedimento terapêutico, realizado com o auxílio de um animal, executado por algum profissional devidamente capacitado e que objetiva a promoção de saúde. Contudo, para um conceito mais elaborado, pode-se consultar Dotti (2014, p. 30):

Envolve serviços da área médica e outros, que utilizam o animal como parte do

trabalho e do tratamento. A TAA é dirigida e desenhada pra promover a saúde física, social, emocional e/ou funções cognitivas. É um processo terapêutico formal com procedimentos e metodologia, amplamente documentada, planejada, tabulado, medido e seus resultados avaliados. Pode ser desenvolvida em grupo ou de forma individual.

Contudo, não poderia-se esperar por uma prática unificada e uniforme dentro de um campo de saber tão diverso quanto a Psicologia. Desse modo, apresenta-se como fator de suma importância apresentar a concepção e as noções norteadoras desse campo para a fenomenologia, mais especificamente, para a Psicologia Fenomenológica.

Destarte, é preciso posicionar a fenomenologia como um referencial teórico que prima pela compreensão da vivência, e portanto, se opõe às concepções tecnicistas e utilitaristas, uma vez que sua prerrogativa principal é um compromisso ético. Assim, uma prática de TAAs, embasada no referencial teórico da fenomenologia só poderia-se pautar na perspectiva da necessidade do estabelecimento de vínculo (BASTOS; BORBA, 2018)

Assim, é oportuno situar que, na compreensão da fenomenologia, a relação entre homens e animais tem se configurado de modo naturalizado, ou seja, os animais têm estado cada vez mais no local de objetos, servindo aos propósitos humanos. Tal modo de relação encontra-se evidenciado, por exemplo, na experimentação, no abandono, nos maus tratos e na comercialização de animais (BORBA, 2015).

Desse modo, o fazer de uma prática de Terapias Assistidas por Animais na abordagem fenomenológica só pode ser pautada em um modelo de relação de alteridade e empatia, situando o vínculo enquanto compromisso ético e principal aspecto da terapia. Ou seja, quando no movimento terapêutico da TAA, não se considera apenas os ganhos potenciais para a pessoa atendida, mas também a disponibilidade e a possibilidade de vínculo entre pessoa e animal co-terapeuta (BASTOS; BORBA, 2018).

Em outras palavras, para a fenomenologia o que sustenta qualquer possibilidade de efeito terapêutico nas Terapias Assistidas por Animais é o vínculo estabelecido na relação homem-animal. E não a concepção de uma realização técnica da prática. Assim, diferentemente de textos com orientação científica natural, a orientação de um estudo fenomenológico não se preocupa com a mensuração dos resultados em termos matemáticos, ou com elaborações procedimentais de como as terapias devem ocorrer, uma vez que a preocupação é da ordem de um estabelecimento de vínculo entre a pessoa atendida e o animal, com o qual se possa realizar algum trabalho (BORBA, 2015).

Assim, pode-se recorrer a Borba (2015), quando o autor afirma que o vínculo imediato estabelecido entre o humano e o outro animal pode mostrar aquilo que escapa da vista da razão

instrumental. Não obstante, para a fenomenologia, com a preocupação inerentemente ética de seus fundamentos, em acordo com o supracitado no tópico anterior, o animal não é concebido apenas como recurso terapêutico, mas, sim como outro nessa relação, e por isso, a implicância do cuidado e da ética se estendem a ele também.

De todo modo, a preocupação com o bem-estar do animal, para a fenomenologia não perpassa pelas mensurações hormonais ou pelas quantificações numéricas do número de atendimento, conforme foi realizado por Yamamoto et al. (2012) e conforme é sugerido por Dotti (2014). Mas sim, o bem-estar animal para a fenomenologia advém da evidência apodítica da disponibilidade do animal em participar e buscar estabelecer o vínculo ou não.

Finalmente, caracterizadas as TAAs, pode-se prosseguir para a caracterização do AT, com a finalidade de apresentação, contextualização e conceituação dessa prática. Ambas apresentações são importantes para que se possa realizar a correta retomada e articulação entre ambas posteriormente neste trabalho.

4 O ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO

Acerca do fenômeno da AT, pode-se delimitar que é uma prática que se iniciou paralelamente e como efeito do movimento antimanicomial, que preponderou durante a Europa após a Segunda Guerra Mundial. Este movimento baseava-se na crítica à institucionalização do cuidado e da atenção aos transtornos psicológicos, visando substituir a concepção do manicômio, vigente desde a época de Pinel, por uma concepção mais inclusiva, que pudesse pautar um modo de cuidado integral, permitindo que a pessoa sob os cuidados psicológicos e psiquiátricos pudesse ser compreendida em suas várias dimensões, e também integrativa, para que este sujeito não mais fosse excluído de seu mundo, das pessoas e das coisas que ocupam um lugar e que tem um sentido na sua existência (AMARANTES, 1998).

Além disso, é preciso posicionar que o movimento antimanicomial, dentro dos movimentos intelectuais por toda a Europa na segunda metade do século XX, pertencia ao movimento denominado anti-institucionalismo, que refletia a descrença nas instituições seculares no cenário pós-guerra. Assim, esse movimento abrangente se manifestou de formas diferentes, mas em todas essas manifestações é possível apreender as noções primordiais que, mais tarde, permitiram surgir os acompanhantes terapêuticos em suas diversas manifestações até o modo atual dessa prática (SILVA; SILVA, 2006).

Dentre estas manifestações que carregam em si a ideia por trás do acompanhamento terapêutico (AT) está o caso do hospital psiquiátrico Saint-Alban, localizado na Espanha, que em meados do século passado foi dirigida pelo psiquiatra espanhol F. Tosqueles. Sendo descrita anteriormente como um ambiente “medieval, sujo e superpovoado” (RUIZ et al, 2013, p. 859), este hospital, que condenara 40% dos seus internos à morte pela fome, tornou-se um marco das implicações de um trabalho inovador, e inspirando obras clássicas no âmbito da psicopatologia, como *O normal e o patológico* (primeira edição em 1966) do filósofo e médico francês G. Canguilhem (1904-1995) (Ibidem).

O que chama atenção ao exemplo do caso de Saint-Alban é a perda do caráter excludente dessa instituição no trabalho realizado com pessoas acometidas por alguma psicopatologia. O hospital tornou-se rota de passagem de vários camponeses, mercadores e viajantes, a instituição também alugava apartamentos e alojava dentre seus hóspedes viajantes, intelectuais e membros das resistências durante os períodos de conflito. A vida continuava, o mundo se fazia presente dentro daquele local que mantinha suas portas abertas (RUIZ et al, 2013).

Portanto, pode-se analisar que, se as instituições têm um papel social, a do hospital

psiquiátrico sempre foi a de tirar de vista qualquer incômodo desviante da norma, seja ele moral, estatístico, político, estético ou ético, sendo muitas das vezes apresentadas justificativas médicas infundadas, que eram apenas justificativas (GONÇALVES, 2013). Assim, se no início, os antigos manicômios misturavam toda a sorte de gente e agentes desviantes em seus espaços, o hospital psiquiátrico, quando passou para a tutela do saber médico e científico naturalista, torna-o, exclusivamente, destinado a esse público com uma prerrogativa de cura (FOUCAULT, 1978).

De todo modo, é esse isolamento, que converge com as funções dessa instituição, sejam elas explícitas ou implícitas, que o movimento anti-institucionalista veio a criticar. Apesar do contrassenso de se propor uma cura retirando o sujeito das suas relações, de todas as coisas que têm sentido para ele e para as quais ele dirige algum afeto, esse modelo ainda permanece (GONÇALVES, 2013). Assim, se Philippe Pinel (1745-1826) rompeu as correntes ao libertá-los, esqueceu-se apenas de quebrar as grades e paredes das celas.

Portanto, não é possível separar a crítica levantada por tais movimentos culturais, científicos e políticos das questões ainda hoje relevantes para a problemática da saúde mental e da emergência do AT como possibilidade interventiva nesse contexto. Afinal, para além do apresentado por Foucault (1996), a figura do louco, nas palavras do autor, que representa alguém fora do discurso do mundo, ou seja, fora das resguardas e garantias reservadas a todos os que se mantêm alinhados no mesmo discurso de verdade, é também compreendido como opositor (AYUBE, 1996), um desviante que deveria ter um fim, que, na modernidade, deveria ser vencido pelo meio do saber científico da psiquiatria, e cuja primeira vitória foi a concepção dos hospitais psiquiátricos.

É justamente nesse contexto de críticas e renovação de antigas práticas que surge o acompanhamento terapêutico (AT), herdeiro de diferentes movimentos anti-manicomiais, como o movimento antipsiquiátrico inglês, a psiquiatria democrática italiana e a psicoterapia institucional francesa. Trata-se de uma forma de intervenção que não ocorre nos ambientes de atendimento tradicionais, mas, sim no dia-a-dia da pessoa em atendimento (ANTUNÉZ et al, 2011).

Apesar da existência de um consenso entre diversos autores sobre o contexto ideológico, científico e político que influenciou essa prática, não existe uma uniformidade para o seu início. Londero e Pacheco (2006) apontam que o início dessa atuação profissional teria surgido na Argentina, inspirada pelos modelos das comunidades terapêuticas já existentes na Europa e nos Estados Unidos da América. Contudo, o início da atividade na Argentina é apresentado por Santos, Motta e Dutra (2005) como responsabilidade do CETAMP (Centro de Estudos e

Tratamento de Abordagem Múltipla em Psiquiatria), sob a direção do Drº. Eduardo Kalin e com o nome de amigo qualificado; enquanto que Ayube (1996), nos conta que a origem desse modelo de assistência terapêutica na Argentina teve sua origem vinculada a Drª. Carmem Danetto, em sua clínica nomeada de Clínica Pinel.

Para além disso, Ayube (1996), ainda afirma que a primeira experiência com AT não ocorreu na década de 60 na Argentina, mas sim na Europa sob responsabilidade de Secheyaye, uma psicanalista suíça que direcionou uma enfermeira para acompanhar uma paciente esquizofrênica em 1937. Ademais, a própria autora reconhece a dificuldade de se estabelecer uma linearidade temporal no início dessa prática, inclusive, no que tange ao desenvolvimento dos diferentes nomes já atribuído ao profissional que realiza o acompanhamento terapêutico. Dentre alguns nomes encontrados, estão (AYUBE, 1996; SANTOS; MOTTA; DUTRA, 2005): auxiliar psiquiátrico, *rent-a-friend*, *pathfriend*, *social worker*, *amigo certificado*, *acompanhante calificado* e atendente psiquiátrico.

Tal dado é interessante, na medida em que as mudanças de denominação utilizadas dizem respeito às mudanças nas atribuições e nos modos do fazer dos Acompanhantes Terapêuticos, como aponta Ayube (1996). A título de exemplo, Santos, Motta e Dutra (2005), apontam que o termo amigo, como no presente em amigo certificado, acabou sendo abandonado por estar associado a uma atitude mais amistosa desse profissional, o que, ao passar do tempo e no amadurecimento da prática, parou de fazer sentido e tornou-se inadequado.

Em termos históricos, pode-se situar o seguinte: uma primeira experiência de acompanhamento terapêutico em 1937; em seguida o movimento anti-institucional, que englobava os movimentos anti-psiquiátricos e anti-manicomiais, consolidados em meados do século XX, e que culminaram com as práticas Argentinas na década de 60; finalmente na década de 80, ocorre o advento de seminários e de discussões norteadoras sobre o tema dessa nova profissão acerca de expectativas sobre a atuação, a duração e os locais de exercício do AT (AYUBE, 1996).

No Brasil, pode-se citar dois casos que ilustram o início da implementação dessa prática em território nacional. O primeiro caso ocorreu em meados da década de 60, acerca do caso da Clínica da Vila Pinheiros, situada no Rio de Janeiro, seguindo modelos das comunidades terapêuticas européias. Nessa clínica atuavam os chamados auxiliares psiquiátricos, que se constituíam de discentes de enfermagem, medicina e Psicologia e era realizado com pacientes psicóticos, que eram acompanhados 24 horas por dia. Dentre as atividades dos discentes que executavam o papel de AT, estava prescrito: medicar, entreter e conter os pacientes (AYUBE, 1996; SANTOS; MOTTA; DUTRA, 2005).

O segundo caso ocorreu em Porto Alegre, na clínica Pinel, que funcionava conforme os modelos das comunidades terapêuticas americanas. Nessa instituição, o AT respondia pelo nome de atendente psiquiátrico, e era acionado toda vez que o caráter terapêutico da clínica falhava (SANTOS; MOTTA; DUTRA, 2005).

Dessa maneira é que o AT, vinculado aos movimentos supracitados, não mais se restringe a terapêutica ao *setting*. A observação e as intervenções no ordinário, no cotidiano é o que norteiam essa prática, que traz vantagens e desvantagens, mas, que permite ao atendido manter o acesso ao mundo, às suas relações, e permite ao psicoterapeuta um acesso às vivências e às relações desse atendido sem que se dependa exclusivamente de relatos da pessoa atendida.

Assim, compreende-se que é necessário ilustrar aspectos referentes às vantagens dessa prática, as mudanças históricas nesse modo de atendimento e como este modelo interventivo tem se adaptado às novas concepções de atendimento em rede, defendido e implementado como modo de atenção à saúde mental pelo governo brasileiro.

De tal modo que, uma vantagem do AT é que “quando uma pessoa fala, ela apresenta seu mundo pessoal e nos coloca em distintas posições nele. Quem escuta é afetado por isso, e, a partir dessa experiência, pode vir a compreender aquele que fala” (ANTUNÉZ et al, 2011, p.14), o AT permite o acesso direto, pelo acompanhante, às relações e vivências cotidianas do acompanhado, configurando-se como uma intervenção privilegiada, em especial pela possibilidade de “manejo da situação” (p.14). Acresce-se então a colocação dos autores acima citados em que o AT não se trata de uma prática secundária, visto que “é a prática que mais coaduna com a necessidade de configurar ou reconfigurar o mundo-da-vida do paciente” (p.13).

Enquanto que, no que é pertinente a composição dos modos em que o acompanhante terapêutico tem atuado, podemos caracterizar alterações importantes ao longo do tempo. Em especial, no tangente ao tempo e aos fazeres desse profissional.

Quanto ao tempo, é preciso delimitar que o AT surge como uma alternativa à internação psiquiátrica, e que consistia em um acompanhamento de 24 horas por dia (NETO; PINTO; OLIVEIRA, 2011). Esse cenário mudou consideravelmente, tendo a jornada sido reduzida, ou porque era demasiadamente oneroso para as famílias, ou porque se descobriu novas formas de fazer o AT.

Ademais, é oportuno compreender que, apesar dessa estratégia de intervenção nascer dentro do movimento anti-manicomial e anti-institucionalista, conforme defendem vários autores, ele também sofreu alterações na medida em que outras formas de cuidado e intervenções foram sendo desenvolvidos dentro da psiquiatria (SILVA; SILVA, 2006).

Por exemplo, é concebido que o AT nasceu justamente com as propostas advindas do

momento de crise que a psiquiatria viveu no século passado, em especial através de estratégias como a dos hospitais-dia, das comunidades terapêuticas. Não obstante, o advento dos psicofármacos muda o próprio fazer do acompanhante terapêutico, trocando as camisas de força pelo controle químico, e permitindo, nas palavras de Silva e Silva (2006), “a circulação de psicóticos” e abrindo precedentes para a sua reinserção social.

Atualmente, compreende-se que o tempo de dedicação e serviço dos at estão intimamente relacionados com as necessidades da pessoa atendida. Em especial, uma mudança ocorre com a crise do movimento anti-psiquiátrico que deu luz ao papel de acompanhante terapêutico. Essa crise foi motivada pelo fechamento de clínicas particulares, pela não viabilidade do negócio, que levou as pessoas atendidas de volta para os hospitais gerais, o que se atribuiu a questões relacionadas às estruturas sociais, que não estavam preparadas para uma mudança tão grande, e à falta de praticidade (AYUBE, 1996).

Dentre as mudanças ocorridas com o enfraquecimento desse movimento, situa-se, em especial, uma mudança no local de inserção desse at e uma alteração no seu fazer. Se antes, o fazer do acompanhante ocorria dentro de um espaço institucional, mas aberto, como eram as comunidades terapêuticas e em hospitais dias (LONDERO; PACHECO, 2006), com o advento da crise desse modelo, narrada por Ayube (1996), os ats ficaram desempregados e logo começaram a se inserir no espaço familiar, trazendo importantes contribuições científicas acerca das relações familiares com os desenvolvimentos psicopatológicos. E, inevitavelmente, essa mudança de local implicou em alterações no seu fazer, principalmente no que tangia à relação do acompanhante com as regras institucionais de outrora, às quais estava submetido.

Se antes, como narra Ayube (1996), o papel do acompanhante terapêutico, dentro dos novos mecanismos de atendimento em saúde mental, esteve centrado em realizar um trabalho baseado no estabelecimento de um vínculo afetivo com os clientes das comunidades terapêuticas e hospitais dias, sempre realizando uma ponte entre o saber e fazer do médico, com as regras institucionais, com a crise do modelo anti-psiquiátrico, e as dificuldades encontradas nos hospitais dias e comunidades terapêuticas, o acompanhante teve que, uma vez inserido no ambiente domiciliar, sem a proteção das instituições às quais ele antes se reportava, tem que criar as novas regras, por sua própria conta, que possibilitassem seu trabalho, além de explorar novos locais de atuação como o exercício de suas atividades na rua, por exemplo (Ibdem).

Dessa maneira, o AT acaba por ser um modo de fazer clínico que se propõe ao mesmo modo de cuidado que se alinha e corrobora com as concepções de outras práticas como as das comunidades terapêuticas, e também com a própria reforma psiquiátrica brasileira. Contudo, é imprescindível que se perceba a distinção apresentada por Morin (1996) entre programa e

estratégia, no qual programa é um fazer prático que se propõe a tomada de pressupostos teóricos e tem mais sucesso em ambientes controlados, enquanto que “estratégia de ação é a arte de atuar na incerteza” (p.284).

Em suma, é preciso delimitar em que consiste realmente a atividade do acompanhante terapêutico. Assim, dentro das instituições como hospitais dias e comunidades terapêuticas, eles coordenam jogos, realização de festas e atividades diárias; estando centrados no tripé da contenção, proteção e da vigilância, servindo diversas vezes como confidente e também podendo auxiliar a pessoa em questões assistenciais como em casos de medicação e de demais cuidados protetivos, mas não exercendo os fazeres dos profissionais da enfermagem (AYUBE, 1996; LONDERO; PACHECO, 2006).

Ainda acerca do fazer do AT, acrescenta-se que, embora nascido da saúde mental, hoje não se limita a ela, podendo responder a diversos chamados, como os de “deficiências, síndromes e distúrbios do desenvolvimento” (AYUBE, 1996, p. 40). Ademais, pode-se apresentar o seguinte:

Como instrumento clínico, o Auxiliar Psiquiátrico participava no estabelecimento do diagnóstico e de estratégias de tratamento, colaborando de maneira decisiva nos projetos terapêuticos. Foi reconhecido como um pesquisador de campo que testava a capacidade do sujeito de relacionar-se com o outro do social, avaliando aquelas áreas que se encontravam mais comprometidas e mais adaptadas, registrando reações adversas, sendo capaz de perceber motivações e projetos. Como podemos perceber, há algo nessa prática que sempre diferenciou o lugar do auxiliar do da enfermagem (SANTOS; MOTTA; DUTRA, 2005, p.500).

Finalmente, como demonstra Antunéz et al (2011), é oportuno situar que é impossível manter-se sempre em postura profissional durante atuações tão longas temporalmente, como o acompanhamento terapêutico por vezes pode exigir. Assim, tratando-se de relações humanas e de uma atividade de cuidado que envolve o teor afetivo como preponderante para a terapêutica, essa experiência se assemelha a duas músicas desarmônicas executadas ao mesmo tempo, mas, que estabelecem uma correspondência entre si, utilizando o exemplo dos autores supracitados. Pois é essa a difícil jornada do acompanhante, um fazer profissional que, por meio da convivência diária e do exercício de cuidado, permite o estabelecimento de um vínculo afetivo que possibilita a terapêutica e o próprio trabalho.

5 A PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA E UMA CLÍNICA HUSSERLIANA

A Psicologia é uma ciência plural, com uma vastidão de referenciais teóricos, abordagens e áreas de atuação profissional (BOCK; TEIXEIRA; FURTADO, 2001). Dentre as abordagens, situa-se a Psicologia Fenomenológica como uma das mais influentes e importantes.

A fenomenologia é uma das correntes filosóficas mais importantes da história, sendo seu fundador o filósofo e matemático Edmund Husserl (BASTOS; BORBA, 2018). Ela não só influenciou outras correntes filosóficas como também serviu de postura epistemológica e metodológica para outras abordagens de grande relevância para a Psicologia, como o existencialismo, a Gestalt-terapia e as abordagens humanistas, por exemplo (BORBA, 2010).

Dito isto, é importante situar que a fenomenologia husserliana tem uma preocupação enorme com a questão da instauração de uma disciplina científica da Psicologia, isto porque, conforme nos demonstra a crítica da fenomenologia, a qualidade dos fenômenos estudados pelas ciências positivas e naturalísticas, como a física, a química e a biologia, correspondem a uma metodologia que não poderia abarcar em sua completude a qualidade dos fenômenos psíquicos e subjetivos (HUSSERL, 1965).

De modo que, negar essa crítica seria condenar a Psicologia a uma fisiologia dos processos psicológicos, sem que se pudesse abarcar de uma maneira compreensiva toda uma vastidão de fenômenos que dizem respeito a esse campo do conhecimento. Não obstante, Husserl (2014) em sua obra *Investigações Lógicas* afirma que o quê delimita um escopo teórico de uma dada ciência não é a arbitrariedade do pesquisador, como se ele classificasse um grupo que fenômenos como pertencentes a uma certa área do conhecimento.

Pelo contrário, é a própria natureza dos objetos que se deseja conhecer que se instituem em si mesmos uma série de características que os englobam, de toda sorte, dentro de um mesmo campo do conhecimento humano. Aliás, como nos situa o pai da fenomenologia: “O domínio das ciências é uma unidade fechada; não reside no nosso arbítrio onde e como delimitamos; as investigações têm de se orientar segundo estas unidades objetivas e coordenar uma ciência” (HUSSERL, 2014, p. 4).

Ademais, na medida em que aquele campo científico desenvolve-se, também se aprimoram os conceitos e as regras de agrupamento que permitem estabelecer quais classes de fenômenos são pertencentes à cada disciplina. Portanto, na medida em que se prosseguem as investigações, cada vez mais se clarifica porque tais ordens de fenômenos são pertencentes àquela ciência, e não a outra, ou mesmo porque aquele objeto é merecedor de uma ciência para si, ou não, se no caso seria apenas mais um dos objetos de interesse de uma outra ciência mais ampla (Ibdem).

Como exemplo ilustrador do caso acima, Husserl (2014) nos alerta que existe uma ciência própria dos números, mas não uma destinada ao estudo exclusivo dos números primos. Do mesmo modo, existe uma ciência própria dos animais, mas não uma para estudar especificamente os leões. Ou seja, aceitar que a natureza dos fenômenos psicológicos seja da classe dos fenômenos das ciências naturais, seria submeter para análise uma série de objetos, subjulgados a uma metodologia equivocada quanto a

natureza do próprio objeto, por mero arbítrio dos pesquisadores, pouco sensíveis em perceber, por exemplo, as diferenças qualitativas dentre os objetos. Diferenças essas, que se pode, por exemplo, citar as diferentes relações com a materialidade que os fenômenos psicológicos e naturais possuem (HUSSERL, 1965).

Essa crítica não se estende apenas à Psicologia enquanto disciplina científica, mas a uma outra série de campos do saber que foram submetidos de modo equívoco aos processos metodológicos e às imposições epistemológicas de um campo específico. Outras disciplinas que tiveram que lidar e redescobrir seus modos de fazer ciência foram, a título de exemplo: a sociologia, a filosofia, a ética e a lógica (Ibidem).

Contudo, seria inverossímil atribuir às demais disciplinas um caráter igual à Psicologia em termos da atenção que E. Husserl atribuía ao longo de suas obras. Invariavelmente, a Psicologia, assim como a lógica em certas obras específicas, assumiu um papel de destaque no pensamento husserliano, para além da crítica já estabelecida (HUSSERL, 1965; HUSSERL, 2014).

Assim, seria incorreto afirmar que a fenomenologia enquanto postura e método de se constituir uma epistemologia radical e rigorosa teria, na sua relação e envolvimento com a Psicologia, fornecido apenas um recurso epistemológico para essa ciência. A verdade é que o envolvimento de ambas é mais complexo, e sem dúvidas, mais antigo.

Isso ocorreu porque as tentativas da época de impor à Psicologia científica natural o papel de explicar as leis da lógica, foi justamente uma das questões que, levantadas por Husserl e outros pensadores que eram seus contemporâneos, acabou por fundamentar e demonstrar como o método fenomenológico deveria constituir-se. Ou seja, como a relação com o conhecimento pretendido por Husserl, a partir das críticas de Frege sobre seus primeiros trabalhos, não deveria pautar-se em constituir-se pela via da Psicologia natural como fundamento da lógica (GOTO, 2008; HUSSERL, 2014).

Contudo, isso não quer dizer que a Psicologia perdeu sua função de servir enquanto fundamentação, ela apenas transfigurou-se. A Psicologia Fenomenológica, enquanto meio de acesso à subjetividade e pautada na fenomenologia transcendental, tem o intento de servir de fundamento para uma Psicologia empírica cientificamente rigorosa (GOTO, 2008).

Desse modo, pode-se estabelecer que a Psicologia Fenomenológica, tal qual proposta por E. Husserl (1965) constitui-se enquanto uma ciência pautada na epistemologia e no método fenomenológico, diferindo-se da Psicologia naturalística, sustentada no método das ciências naturais. É que, somente essa Psicologia, a fenomenológica, é que pode servir de base primeira para os posteriores desenvolvimentos dessa ciência. De antemão, esclarece-se que acerca do método fenomenológico enquanto uma possibilidade de acesso às vivências, e à uma constituição do conhecimento (GOTO, 2008; BASTOS; BORBA; 2018), ele será abarcado de maneira mais profunda e detalhada posteriormente na metodologia desta monografia, com a correta descrição das reduções e demais implicações.

Destarte, é oportuno situar em que consiste o método fenomenológico e como ele possibilita, ao

posicionar a fenomenologia transcendental, o desenvolvimento de uma Psicologia Fenomenológica.

Portanto, o método fenomenológico é uma atitude rigorosa que parte da concepção epistemológica de que o conhecimento tem, como ponto de partida não *apriorístico*, a evidência imediata dos objetos à consciência intencional (BASTOS; BORBA, 2018). Em outras palavras, sem a anteposição teórica, os *apriori* devem ser suspensos ao tratar-se do objeto, assim, possibilitando o estabelecimento de uma disciplina, uma Psicologia pura, e não meramente aplicada, servindo a propósitos de outras ciências e práticas (HUSSERL, 2006; PERES, 2014).

Além disso, o distanciamento da Psicologia das correntes da filosofia naturalística também implica em uma não subordinação dessa aos paradigmas das ciências naturais. Isso porque o naturalismo induz e embasa uma postura em relação ao mundo, que acaba por encobrir o que é primordial para a fenomenologia: a vivência e o sentido do conhecimento (HUSSERL, 1965; 2008a; 2008b; GOTO, 2008)

A ciência natural comete uma ingenuidade primordial que é a sua própria pressuposição de racionalidade, julgando que o estabelecimento procedimental e metodológico para a construção de um conhecimento técnico, que permita e possibilitem intervenções extremamente variadas no mundo seja suficiente para a correta e racional condução da humanidade. O que a fenomenologia afirma e demonstra é que essa concepção é equívoca, em especial, porque o domínio técnico e interventivo da natureza e o acúmulo de conhecimentos propiciados pelas ciências naturais não são suficientes, tão pouco adequados para conduzir a humanidade, podendo-se desvirtuar quanto ao seu sentido e postar-se a disposição da barbárie (HUSSERL, 1965; 2008a; 2008b; 2009).

É aqui que residem as implicações diretas da proposta husserliana, a preocupação com o sentido do conhecimento e com a vida, a vivência e os modos pelos quais o ser-humano se direciona e se relaciona com o mundo em que vive, o que inclui, os outros, os animais, a religião e a cultura, por exemplo. Ademais, a noção de homem para a fenomenologia consiste em um ser que se encontra em relação com os fenômenos e com o mundo, sendo assim, possível compreendê-lo, o que se difere de explicar seus posicionamentos e condutas por meio de teorias psíquicas ou determinantes externos (HUSSERL, 2008a; 2009).

Ademais, pode-se agora explicitar quais as configurações da Psicologia Fenomenológica enquanto ciência fundada nos dizeres da fenomenologia, e como pensar uma proposta clínica a partir de seus recursos metodológicos. Além disso, pode-se apresentar também como pensar em um modelo interventivo e terapêutico dentro deste referencial, articulado com o conceito de mundo-da-vida, tal qual proposto nos objetivos desta monografia.

Assim, é possível compreender a Psicologia Fenomenológica como:

[...] as análises de Husserl sobre a fenomenologia e a Psicologia, concluímos que a concepção de Psicologia Fenomenológica se constituirá em uma ciência universal do seres humanos cujo objeto de estudo é o ser anímico. Esta ciência tem como funções básicas: a) a reformulação da Psicologia científica; o esclarecimento dos conceitos psicológicos; b) a constituição de uma ciência universal do psíquico; c) a descrição das vivências intencionais e; d) ser uma disciplina propedêutica à fenomenologia transcendental. Para Husserl, a autêntica e genuína concepção de Psicologia Fenomenológica é importante para os

psicólogos, porque é com o desenvolvimento dessa disciplina que eles poderão resgatar a subjetividade como fonte originária da vida humana e a sua correlação com o mundo-da-vida (*Lebenswelt*) (GOTO, 2007, p. 8).

Portanto, compreende-se que são papéis da Psicologia Fenomenológica o estudo da atividade anímica humana, ou seja, da vida e das vivências enquanto objetos intencionados por meio do método fenomenológico que subsidia uma forma de acesso à subjetividade. E, também, a reformulação da Psicologia científica, sendo uma Psicologia pura e universal, capaz de descrever e clarificar os fenômenos psicológicos e servir enquanto disciplina fundamental para a constituição preliminar da fenomenologia transcendental.

Outra possibilidade de compreensão acerca do que é a proposta husserliana para uma Psicologia Fenomenológica, que não se opõe as noções apresentadas por Goto (2007), mas se encontram enquanto uma complementação do seu sentido, é apresentada por Struchiner (2003, p.145). A autora apresenta dois sentidos principais para a Psicologia Fenomenológica, que são “(1) como necessidade e possibilidade de abordar fenomenologicamente os conceitos fundamentais da Psicologia e (2) como uma análise concreta dos significados psicológicos de experiências específicas”.

Compreende-se, desse modo, que a Psicologia Fenomenológica, no que é comum aos dois conceitos, consiste em uma ciência dos fenômenos psicológicos, que tem como viés investigativo a fenomenologia enquanto método epistemológico, constituindo-se como uma ciência pura, que pode suportar uma prática. Além disso, como um modo de redirecionar a Psicologia para seu objeto fundamental: a vida anímica, ou os significados psicológicos de experiências específicas, traduzindo-se assim como o principal norteador dessa ciência para o desvelamento dos caminhos até a subjetividade (STRUCHINER, 2003; GOTO; 2007).

Contudo, ao longo de todo pensamento husserliano e de autores que se basearam em seu pensamento, foram várias as propostas para a realização de uma Psicologia Fenomenológica. As vias metodológicas para uma Psicologia Fenomenológica descritas por Husserl são as seguintes: via psicológica (eidética), via generativa e via transcendental. De todo modo que ainda não existe um consenso acerca da constituição para uma Psicologia Fenomenológica, tal qual é discutido entre Giorgi (2001) e Goto (2008).

Dito isto, é oportuno situar que uma Psicologia Fenomenológica, conforme proposta por Husserl (1925/2012), é uma possibilidade de se instaurar uma ciência, ou seja, um conjunto de conhecimentos, dotados de um método e conceitos próprios, mas, que apesar de embasar uma atividade prática, não a predizem. Deste modo, é primordial pensar em como se ocorre uma clínica baseada, não só na metodologia da fenomenologia husserliana, mas na própria apreensão de uma ciência que é a Psicologia Fenomenológica.

De antemão, devemos estabelecer o objetivo de especificar uma prática para pensarmos em sua sustentação, e esta prática será a atividade clínica. Então, diz-se que a clínica é um fazer do psicólogo amplo, que inclui várias modalidades como a psicoterapia em suas designações, e é caracterizada

especificamente pelo seu compromisso de escuta e acolhimento do ser humano em vários contextos. É uma atitude, um *ethos*, que caracteriza um modo de se relacionar e de cuidar do outro, compreendendo-o enquanto singular (PIMENTEL, 2012; MELO, 2014).

Desse modo, amparado na compreensão de homem já supracitada, a fenomenologia propõe seus próprios modos de compreensões das psicopatologias e dos transtornos mentais, em especial acerca de suas gêneses e sentidos. Assim, como o homem é compreendido enquanto uma consciência encarnada que se dirige ao mundo, o que inclui toda uma variedade de fenômenos, não necessariamente físicos; os outros com quem convive; a história e a cultura já dadas de antemão e os demais objetos físicos dispostos no tempo e no espaço circundantes à existência humana (OWEN, 2006).

Acresce-se assim, que de maneira mais sistemática, a consciência enquanto fluxo de vividos se relaciona com o mundo-da-vida, ou no traduzir de alguns autores, no mundo-da-vida-cotidiana (GOTO, 2007), que é esse conjunto de fenômenos intencionados, vivências e sentidos que permeiam a existência humana e que se constituem perante a consciência intencional, abarcando uma realidade fundamental para os seres humanos. Essa realidade na qual se assenta a existência é caracterizada enquanto gêneses da intersubjetividade pela existência corpórea de outros homens; pelos objetos materiais e externos; pelos corpos dotados de consciência; pela possibilidade de ações e relações com semelhantes; por uma estruturação cultural e social estratificada já presente historicamente e anterior ao indivíduo nela inserido ao nascer; e pelo que descaracteriza a fenomenologia enquanto um solipsismo, que é a co-existência e a apreensão de evidências comuns e específicas dos objetos intencionados por todas as consciências no reino fenomenal (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003; GIORGI, 2005; HUSSERL, 2018).

Portanto, a concepção fenomenológica não é meramente explicativa no que tange à sua metodologia, pois não busca causas externas dos fenômenos, mas, antes o próprio fenômeno em si. A fenomenologia enquanto ciência universal das essências ocupa-se de compreender o fenômeno, ou seja, descrevê-lo tal qual se mostra, e no que tange ao conhecimento sobre o humano, sobre seus modos de subjetivação, e não objetivar uma possibilidade técnica interventiva (LUCZINSKI; ANCONA-LOPEZ, 2010; HUSSERL, 2008a).

Ademais, o exercício clínico acaba por, invariavelmente, contribuir de modo significativo para o desenvolvimento de conhecimento, já que inclui em suas atividades o ensino e a pesquisa (WERLANG; ARGIMON; SÁ, 2015). Nesse caso, a fenomenologia enquanto filosofia primeira e metodologia de embasamento para uma atividade clínica; que em si, conforme Goto (2008), representa uma imensa variedade de fazeres diferentes no território nacional; contribuiu e continua contribuindo para os fazeres da psicologia dentro deste referencial teórico.

Como exemplo, pode-se citar as contribuições realizadas por Giorgi (2005), sobre a prática clínica dentro de um referencial husserliano, especificamente no campo de uma ação psicoterápica. Tanto na introdução do denominado em seu texto como *ponto de quebra* (tradução nossa), que corresponde a uma crise na relação da consciência intencional com o mundo-da-vida, colocando em cheque sua capacidade de lidar com as atuais configurações de suas relações com os diversos fenômenos

emergentes; quanto no próprio emprego dos conceitos e das noções gerais de fenômenos reais, irrealis ou quase-reais dentro do exercício clínico.

Destarte, se repousarmos sobre os psicopatólogos, psicólogos e psiquiatras que se apropriaram de ideias, do método ou de ensinamentos da fenomenologia para uma atuação de modelo clínico encontraremos noções específicas, mas semelhantes, sobre os modos de constituições da subjetividade e dos modos descritivos e compreensivos da psicologia em exercício clínico.

Dentre alguns dos principais nomes tem-se: K. Jaspers, M. Boss, L. Binswanger E E. Minkoswisk (ANTUNÉZ et al, 2011;FEIJOO, 2011; SILVA, 2017). De todo modo, que o presente trabalho foi pautado primordialmente nos desenvolvimentos de K. Jaspers, enquanto a exploração de uma modalidade descritiva e compreensiva da psicopatologia e no desenvolvimento clínico e psicoterápico de L. Binswanger (2001), que atribui às psicopatologias fundamentos terapêuticos baseado em intervenções construídas sobre a história individual das pessoas atendidas e em seus respectivos modos de se relacionarem com o mundo-da-vida e com os outros.

Acerca de K. Jaspers (1913/1979), é preciso delimitar que ele empenha o método fenomenológico enquanto uma possibilidade descritiva dos fatos psicológicos para que a experiência vívida da pessoa atendida seja trabalhada (SILVA, 2017). Assim, o primordial de K. Jaspers presente neste trabalho é a manutenção do aspecto descritivo dos fenômenos como uma via de acesso às vivências, sem necessariamente recorrer a obrigatoriedade dos estudos nossográficos, contudo, com um desenvolvimento para a classificação psicopatológica das recomendações ou ressalva nos empregos das TAAs ou do AT.

No que diz respeito a L. Binswanger (2001), é oportuno situar que para o autor o processo clínico, especificamente psicoterápico se dá perante um movimento dialético dentre suas proposições específicas, duas forças que devem atuar conjuntamente para qualquer benefício terapêutico. Seria um impasse e um embate entre os modos de existir sendo-com-o-outro e o ser-médico, no sentido em que se estabelece uma relação profissional de cuidado e de saber sobre aquele que ocupa o lugar de atendido.

Fazer psicoterapia seria estar em uma reciprocidade-com-um-semelhante visto que é uma inter-relação entre dois humanos, porém, o autor critica o fazer do que ele chama de psicoterapia médica, que é o responsável pela força dialética que se põe durante a sessão psicoterápica, na medida em que estabelece uma relação unilateral do cuidador para o que recebe o cuidado, mas, que é reduzida em três aspectos primordiais (Ibdem).

O primeiro aspecto é que, o profissional que empenha o cuidado sobre o seu semelhante, tem a imagem do semelhante ofuscada pela sua função de empenhar uma cura, evidenciando-se apenas um sujeito, o médico, diante dos aspectos psíquicos do paciente. O segundo aspecto é que a relação é unilateral, na exata medida em que é o fazer do médico que dirige a cura sobre o paciente, a relação ocorre em uma única direção. O terceiro aspecto refere-se a causa específica do fazer médico enquanto uma condição que anula a possibilidade de relação com o próximo (Ibdem).

Ademais, Binswanger (2001) atribui a possibilidade de um resultado terapêutico à abertura

factual biográfica que, aliada à confiança do paciente sobre o fazer do médico, permite as alterações nas relações da pessoa atendida com os fenômenos do mundo-da-vida. Em especial, no caso clínico por ele ilustrado, chega a chamar de psicoterapia social a intervenção nas relações sociais da pessoa atendida, no caso, uma alteração nas relações familiares que ocasionou a cessação de sintomas físicos que incluíam dores, soluços e espasmos musculares. O caso é descrito em seu texto *Sobre a Psicoterapia* (2001).

As escolhas de Binswanger e Jaspers para a discussão proposta nesse trabalho resultam de sua proximidade com a fenomenologia husserliana, do que com outros teóricos próximos da fenomenologia. Afinal, acerca de Binswanger, começou na psicanálise, se distanciou ao iniciar os estudos em Husserl, o que é apresentado como sua primeira fase, em seguida se aproxima teoricamente de Heidegger em uma segunda fase, para, finalmente se reaproximar de Husserl em sua terceira fase (PITA; MOREIRA, 2013).

6 METODOLOGIA

A fenomenologia é uma das principais correntes de pensamentos da história do ocidente, e que influenciou diversos pensadores e movimentos filosóficos e científicos do século XX. Foi fundada pelo filósofo e matemático Edmund Husserl, enquanto um método epistemológico que se posicionava em relação às difíceis questões teóricas de seu tempo (FEIJOO, 2000; GOTO, 2008).

A fenomenologia, ciência universal das essências, surge enquanto uma corrente de pensamento, mas a qual não seria satisfatoriamente abarcada se fosse tratada meramente como uma teoria, ou um conjunto de postulados acerca das formas e das possibilidades de se conhecer, tal qual era a proposta kantiana, do que somos capazes de conhecer (OWEN, 2006).

Ao contrário, a fenomenologia é uma postura, é antes um modo de compreender a disposição das relações da consciência, doadora de sentido e intencional, com os fenômenos que para ela aparecem. Ademais, por se tratar de uma filosofia que se traduz em uma concepção epistemológica *não apriorística*, não pode ser compreendida como um sistema teórico-explicativo que contém em si o conhecimento, uma vez que a condição primeira para um conhecimento rigoroso é a própria fenomenologia enquanto postura suspensiva, que permite o contato com os fenômenos, tal qual e na medida em que se evidenciam para a consciência (GUIMARÃES, 2013; BASTOS; BORBA, 2018).

Portanto, a fenomenologia se caracteriza enquanto uma postura crítica, que busca contrapor-se a determinadas correntes de pensamento vigentes na época de seu fundador (HUSSERL, 2000; HUSSERL, 2014). Entre tais correntes, pode-se citar o naturalismo, e o seu conseqüente psicologismo enquanto modo de compreensão da disciplina lógica, e o historicismo, criticado por Husserl pelo seu caráter relativizador, que impossibilitava o atendimento de uma categoria de verdade (HUSSERL, 1965; HUSSERL, 2000).

É oportuno compreender como uma investigação nascida da lógica e da matemática acabou desenvolvendo-se em um sistema filosófico, muito íntimo da Psicologia, e que serviu de alicerce epistemológico para outras áreas das ciências humanas, tal qual as ciências sociais no pensamento de Alfred Schutz (ALES BELLO, 2000; GOTO, 2008).

A crítica husserliana se coaduna com a seguinte proposta: é preciso que se estabeleça as definições e os campos específicos de cada área do conhecimento, e que estes se apropriem de seus métodos para uma correta fundamentação. Como fica explicitado em:

o cientista dedicado às ciências naturais tende a considerar tudo como natural e o erudito dedicado às ciências morais, a considerar tudo como espiritual, como

histórico, errando, por conseguinte, na interpretação daquilo que não possa ser considerado desta maneira (HUSSERL, 1965, p.9).

Desta forma, é possível compreender, por exemplo, que o naturalismo enquanto uma concepção de mundo que compreende a existência de tudo como pertencente à natureza, defende então, que todos os fenômenos possam ser explicados pelo método das ciências naturais, e pelas suas respectivas ciências, como a física, a química e a biologia e que, ao se apresentar como plataforma basilar do conhecimento de áreas que necessitam de um método próprio, como a ética, a pedagogia, a estética e a lógica, comprometem o desenvolvimento dessas ciências (Ibdem).

Um exemplo da inadequação do método das ciências naturais aos diversos fenômenos da vida pode ser compreendido pelos conceitos de real, irreal e quase-real, que são utilizados na fenomenologia para apresentar o nível de disposição do fenômeno ao tempo, ao espaço e as leis da causalidade (GIORGI, 2005). Por exemplo, os métodos naturalísticos são, de modo geral, precisos no tangente a objetos reais, que encontram satisfeitos todos os pré-requisitos da disposição no espaço, no tempo e às leis da causalidade; mas não se pode afirmar o mesmo quando se abarcar fenômenos quase-reais, que atende apenas alguns dos requisitos, ou irrealis, que não atende nenhum requisito (BASTOS, BORBA, 2018). A título de exemplo, seria como se o método empírico e matemático das ciências naturais se dirigisse a produzir um fenômeno como a fantasia, a imaginação ou o devaneio a fim de produzir, aos seus moldes, um conhecimento sobre tais objetos.

Porém, a crítica da fenomenologia ao naturalismo não se encerra nesse ponto. Pois, para além dos erros epistemológicos e metodológicos demonstrados, Husserl afirma que o naturalismo e a filosofia naturalística acarretam em uma postura determinada, que encontre aspectos primordiais da existência humana. Especificamente, essa postura é marcada por uma ética específica, chamada de “ética naturalística”, que como efeito pode-se afirmar sendo responsável pelo caráter doutrinador, reformador, moralizador e pregador do discurso das ciências (HUSSERL, 1965).

Não se trata de uma prerrogativa meramente epistemológica, muito embora seja um erro epistemológico grosseiro, o de limitar a unidade do ser ao materialismo ingênuo e pressupor, pelo seu método, que exista uma racionalidade inerente ao seu próprio sistema de pensamento (Ibdem). Mas sim, compreender que ao constituir, a sua maneira, um conhecimento, as ciências naturais aplicam-se em questões técnicas, que permitem intervir de um modo extremamente satisfatório na natureza, explicando por meio de leis e teoremas quantificáveis o funcionamento das causas dos fenômenos e não desvelam o sentido do conhecimento para a humanidade

(HUSSERL, 2008a; HUSSERL, 2008b).

O conhecimento gerado pelas ciências naturais, apesar de negar-se no seu próprio meio, consiste e constitui-se também de uma intencionalidade acerca do que se intenta evidenciar na natureza e nas causas finais de serventia daquele estudo. A primeira e mais clara evidência deste fenômeno é o próprio interesse manifesto do pesquisador das ciências da natureza em debruçar-se sobre o seu objeto. Porém, isso não é suficiente para a garantia de que a ciência tenha um compromisso ético intrínseco, evidência disso é que muitas vezes a ciência já serviu à barbárie, vemos as guerras mundiais, vivenciadas por Husserl, como exemplo (GOTO, 2008; HUSSERL, 2008a; HUSSERL, 2008b).

De modo, a empreitada husserliana, estabelece-se enquanto um contraponto para o naturalismo e enquanto uma saída para o desvelamento do sentido do conhecimento em uma proposta ética e preocupada com a humanidade, a fenomenologia husserliana apresenta as inconsistências básicas nessas formulações, tanto na inadequação do método a uma série de fenômenos e a impossibilidade dessas ciências constituírem-se enquanto um sistema racional, tendo como fundamento apenas o seu próprio método (; HUSSERL; 2008a; HUSSERL, 2008b; CAVALIERE, 2010; BASTOS; BORBA, 2018).

Isso porque o fundamento último da fenomenologia é a vida, a experiência direta do fenômeno do qual o sistema teórico das ciências da natureza nos afastam ao apresentarem-se como *apriori*, como pressupostos racionais que precedem a experiência em seu estado já firmado de conhecimento, valendo-se da matemática enquanto instrumento de validade (BASTOS; BORBA, 2018).

Destarte, pode-se fornecer dois exemplos diretos do afastamento que o saber científico impõe a vida cotidiana e à experiência direta. O primeiro exemplo é a vivência da terra, em sua horizontalidade e enquanto ponto fixo de referência para a humanidade. Husserl (1989) afirma que existem duas terras que se evidenciam, uma é a terra de galileu e da ciência, de formato elíptico, disposta no espaço a mover-se em órbita, em torno de si e do sol. A primeira terra, encoberta pela ciência, é a terra da experiência direta, que se evidencia enquanto ponto fixo e primeiro ponto referencial do homem, esta terra onde os corpos caem e na qual pisamos. A segunda terra é a terra na qual vivemos, mas a qual vivemos alheios em postura natural, dominados pelo *apriori* da terra que se movimenta veloz pelo cosmo, não nos implicamos em toda a imprescindível vivência da terra enquanto ponto fixo.

Outro exemplo é a vivência do tempo, encoberta pela métrica temporal que a ciência insistiu em realizar fazendo uso da matemática. Conforme Husserl (1994) demonstra, o tempo no mundo-da-vida, experienciado no mundo é um tempo com uma maleabilidade em sua

duração, que não necessariamente corresponde ao tempo cronométrico. Ao contrário, a duração do tempo depende das circunstâncias vividas na relação intencional que a consciência estabelece com o mundo. Ou seja, a duração vivida do tempo não é uniforme, diferentemente do tempo da ciência que alega sua precisão na medida em que é cronometrado em intervalos de igual duração. A lição da fenomenologia ressalta que, diferente de quando estamos em atitude natural, a nossa relação com o tempo não é condizente com o tempo científico, visto que um intervalo igual, no sentido cronométrico, de tempo pode ser vivido com durações diferentes dependendo das atividades desenvolvidas pela consciência.

Dito isto, já é possível delimitar que alguns conceitos primordiais para a fenomenologia. São: consciência intencional, fenômeno, noeses, noema, *aprioris* e suspensão. Tais conceitos se articulam na medida em que se concebe a própria delimitação do método fenomenológico.

Assim, pode-se começar a apresentação gradual de cada conceito, iniciando-se pelo de consciência intencional, uma influência do filósofo Franz Brentano, carregada por seu aluno, Husserl, enquanto um conceito chave para a compreensão do método fenomenológico. A consciência intencional assenta-se na concepção de que toda consciência é consciência de alguma coisa (ZILLES, 2008; GUIMARÃES, 2013; BASTOS; BORBA, 2018).

Em outras palavras, todo ato da consciência requer, necessariamente, um correlato, que se traduz enquanto conteúdo intencionado. Desse modo, a consciência em si é vazia, uma vez que apenas configura-se enquanto doadora de sentido para os fenômenos evidenciados na ordem transcendente, posicionados fora dela, mas vivenciados na ordem da consciência transcendental, enquanto essências (ZILLES, 2008; GUIMARÃES, 2013; BASTOS; BORBA, 2018).

Em suma, como todo ato exige um conteúdo, compreende-se que não é possível uma consciência sem objeto na construção de um conhecimento que se manifesta na relação necessária entre o ato de percepção e o fenômeno percebido, entre o ato de amar e o que é amado, entre o odiar e o odiado e assim segue-se a infindável lista de atos que necessitam de seus conteúdos correlatos (ZILLES, 2008; DREYFUS; WRATHALL 2012; GUIMARÃES, 2013; BASTOS; BORBA, 2018).

Percebe-se, desse modo, que a intencionalidade não está necessariamente ligada ao conceito do senso-comum de intenção enquanto ato volitivo, embora os atos volitivos possam ser compreendidos enquanto atos intencionais, pois são a manifestação direcional da consciência para algum fenômeno, conteúdo (ZILLES, 2008; DREYFUS; WRATHALL 2012; GUIMARÃES, 2013; BASTOS; BORBA, 2018).

Portanto, compreende-se que fenômeno é tudo aquilo que pode ser evidenciado pela

consciência. Não se compreendem necessariamente enquanto objetos físicos, mas enquanto qualquer manifestação que possa servir de conteúdo para um ato da consciência na produção de um conhecimento (ZILLES, 2008; (DREYFUS; WRATHALL, 2012; GUIMARÃES, 2013; BASTOS; BORBA, 2018).

Sendo oportuno situar uma concepção primordial da fenomenologia quanto a uma superação da disposição científica de Francis Bacon, kantiana e cartesiana sobre a relação sujeito e objeto (GOMES, 2018). Enquanto em outras concepções existe uma dissociação entre o objeto conhecido e o sujeito que conhece, e uma relação entre o que pode ser conhecido repousar na concepção do que o sujeito pode vir a conhecer, para Husserl, essa relação é indissociável em uma relação noético-noemática. Uma vez que todo ato conhecedor, noeses, tem um conteúdo intencionado, noema, sem o qual não ocorre e que não depende necessariamente das qualidades do ato, apesar de perturbações da *hylé* (materialidade), de ordens materiais, possam interferir no ato, a qualidade do que é conhecido depende das qualidades do objeto que se evidenciam para a consciência, mesmo aqueles prefigurados, como o lado oculto da lua, que não são visíveis diretamente, e mesmo assim, experienciados enquanto existentes (DREYFUS; WRATHALL 2012).

Tal compreensão invalida qualquer prerrogativa de solipsismo por parte da fenomenologia, pois, desta forma, o conhecimento enquanto vivência subjetiva não é inalienável das características gerais e intersubjetivas dos objetos intencionados. E mais do que isso, a própria concepção entre objetividade e subjetividade encontra uma nova concepção na obra husserliana, inviabilizando não só o solipsismo, mas também o ceticismo, que se manifestam como impossibilidades para o conhecimento (SOUTO, 2014). Assim, o referido autor nos conta (p. 29), que:

De acordo com Husserl, é o problema epistemológico formulado em termos da oposição entre imanência e transcendência efetivas [*real*] que o determina como sendo o problema de um ultrapassamento do psíquico ao extra-psíquico, da subjetividade à objetividade. Tal formulação, por sua vez, reverbera em problemas filosóficos como o do solipsismo e o do ceticismo, que, levados ao extremo, culminam na impossibilidade do conhecimento.

Ademais, a própria vivência subjetiva é um dado objetivo e concreto quando intencionado ao nível da consciência transcendental, almejada por meio do método.

Assim, pode-se apresentar o conceito de *apriori* como qualquer concepção pré-dada que se anteponha à intencionalidade da consciência em sua relação com o fenômeno, comprometendo que se intencione o fenômeno tal qual se apresenta para a consciência enquanto um dado imediato. Os *apriori* podem, por exemplo, ser sistemas teóricos, preconceitos, generalizações, abstrações e interpretações realizadas sobre os fenômenos, que não se baseiem

na descrição daquilo que se manifesta como evidência (ZILLES, 2007).

Destarte, a suspensão compreende-se em um processo primordial no método fenomenológico, que é aplicada sobre os *apriori*, não para invalidá-los, mas para não impedir que estes impossibilitem que os fenômenos sejam intencionados de maneira que seja possível realizar uma descrição daquilo que é imediatamente dado. Este movimento suspensivo específico é denominado *epoché*, que se encontra enquanto uma das etapas da redução do método fenomenológico (GUIMARÃES, 2013).

Por conseguinte, pode-se apresentar o método fenomenológico de maneira sistemática apresentando as reduções fenomenológicas, que são respectivamente: a redução psicológica, a redução eidética e a redução transcendental. São elas que se manifestam enquanto possibilidade de acesso ao fenômeno, tal qual se manifesta e à vivência (GUIMARÃES, 2013; BASTOS; BORBA, 2018).

De antemão, é importante informar que o termo redução não deva ser compreendida do mesmo modo que é utilizada de maneira corriqueira, no senso comum, muito embora tenha uma origem próxima. A redução deve ser compreendida como um processo que melhor delimita o fenômeno e o objeto, ou nas palavras de Garnica (1997), melhor destacar o fenômeno em um movimento de clarificá-lo para a consciência. Na redução psicológica o fenômeno é destacado dos *aprioris*; na redução eidética é destacada a essência do objeto, livrando-o das suas características não essenciais; e na redução transcendental, o mundo é posto em parenteses, sendo destacado apenas o fenômeno na sua relação direta com a consciência transcendental (ZILLES, 2007). Ademais, alguns autores posteriores da fenomenologia afirmam que as reduções nunca serão completas, e que elas representam uma postura permanente do pesquisador (CASTRO; GOMES, 2011).

Ainda sobre esse tema, Galeffi (2000) afirma que, como as reduções se apresentam como caminho para a clarificação do fenômeno, elas têm se confundido com o método em si. Embora, de forma geral, o método também conte com outros modos de clarificação como a variação imaginativa, por exemplo.

A redução psicológica consiste na suspensão dos *aprioris*, de modo possibilitar a intuição do fenômeno tal qual ele se apresenta à consciência. É uma etapa de forte caráter descritivo e que é tomada corriqueiramente como sinônimo da *epoché*, o que é errôneo. A *epoché* consiste em uma postura suspensiva que participa desse processo suspensivo, mas não devem ser tomadas como equivalentes (GUIMARÃES, 2013; BASTOS; BORBA, 2018).

A redução eidética consiste e se caracteriza por delimitar as características essenciais de um fenômeno. É uma redução importantíssima para o pensamento husserliano, pois trata

diretamente da evidenciação da estrutura essencial dos fenômenos. Contudo, é importante situar o conceito de essência na fenomenologia husserliana antes de nos debruçarmos sobre essa redução e demais técnicas de evidenciação eidéticas.

Essência para Husserl, diferentemente das correntes platonistas (DE CASTRO; DE CASTRO; DE CASTRO, 2009), não consiste em um plano ideal e perfeito de uma manifestação transcendental. Pelo contrário, a evidenciação e intuição das essências se dá no contato direto com o mundo, pois, compreende-se como essência as características comuns e permanentes nas manifestações dos fenômenos que nos permitem conhecê-los enquanto tais.

Ou seja, são o conjunto de características comuns a uma classe, por exemplo, de objetos como cadeiras, que nos permitem intencioná-las enquanto cadeiras. Nesse sentido, Zilles (2008) aponta para que a essência na obra husserliana consiste em um tipo conceitual. Ou seja, um agregado de qualidades categorizantes que nos permitem orientar-nos no mundo, e conhecer os fenômenos dentre suas mais diversas manifestações, de tal como que a fenomenologia possa ser apresentada como uma ciência universal das essências.

Dito isto, a redução eidética consiste na delimitação das características essenciais do fenômeno de modo a possibilitar o conhecimento. Assim, destaca as características da manifestação fenomênica essenciais, sempre presentes nas manifestações do fenômeno em questão, das não essenciais. Entretanto, essa redução não é o único modo apresentado no pensamento husserliano a delimitar as essências, há também a variação imaginativa (GUIMARÃES, 2013).

A variação imaginativa consiste na imaginação de um dado fenômeno, de modo a alterá-lo imaginariamente, uma característica por vez. Quando, uma das características alteradas desqualificar e descaracterizar o fenômeno em questão, sabe-se que ela se configure enquanto uma característica essencial (GIORGI, 2005; BASTOS; BORBA, 2018).

A redução transcendental é a evidenciação do fenômeno na consciência transcendental. Em outras palavras, é a suspensão do mundo e a evidenciação do sentido do fenômeno intuído pela consciência em questão. Configura-se enquanto uma etapa primordial na medida em que a proposta da redução fenomenológica, de modo geral, intenciona a análise do fluxo de vividos ou do movimento intencional da consciência (CASTRO; GOMES, 2011).

Apresentadas as reduções e outros métodos da fenomenologia, como a *epoché* e a variação imaginativa, pode-se apresentar a metodologia aplicada a esta pesquisa em questão. O que ocorreu foi a análise teórica e bibliográfica sobre três fenômenos: TAA; AT e Psicologia Fenomenológica, aplicando as reduções fenomenológicas no intuito de encontrar evidências que apontem para possibilidades de uma prática integrada, por meio de um diálogo entre esses

dois modelos interventivos e o referencial teórico husserliano.

Em especial, foi realizada uma discussão acerca das descrições das essências de cada modelo interventivo, tendo sempre em vista as nuances que possibilitam e caracterizam um processo terapêutico condizente com a clínica pautada na fenomenologia husserliana.

Assim, a pesquisa foi realizada, consistindo em textos encontrados nos seguintes meios: digital e documental. Quanto ao meio digital, caracterizou-se por bancos de dados como repositórios on-line de universidades, Google acadêmico (filtrado por relevância) e *Scielo*; enquanto os meios documentais consistiram-se em acervos privados, e bibliotecas públicas disponíveis na cidade de São Luís- MA, em especial as localizadas dentro da Universidade Federal do Maranhão, na cidade universitária. As palavras chaves básicas que foram combinadas entre si para efetuar as buscas nas plataformas digitais foram: Edmund Husserl, fenomenologia, Psicologia Fenomenológica, terapia assistida por animais, intervenções assistidas por animais e acompanhamento terapêutico. Deste modo se caracteriza enquanto um estudo bibliográfico, visto que recorre à análise de material textual para a produção do conhecimento, e de caráter qualitativo, já que se ocupa de sistematizar as informações e descrevê-las, sem a preocupação de quantificá-las (NEVES, 1996).

Ademais, foram realizadas etapas semelhantes as apresentadas por Bastos e Borba (2018, p. 252):

delimitação do fenômeno pesquisado; leitura do material realizada através das reduções fenomenológicas; investigação de essências gerais; apreensão de relações essenciais entre constituintes do fenômeno; observação dos modos de aparecimento do fenômeno; divisão textual em unidades de significado com base no contexto geral de enunciação de cada texto e na análise das unidades de significado.

Tal proposta foi inspirada no modelo de pesquisa fenomenológica desenvolvida na *Dusquene University* (CASTRO; GOMES, 2011), porém, adaptada. O que implica dizer que, dentre os passos efetuados nessa pesquisa, os fenômenos serão descritos em termos de sua estrutura essencial, e o sentido que eles evidenciam no texto será alcançado por meio da redução transcendental, para depois serem articulados.

7 DISCUSSÃO

A articulação entre os três fenômenos: TAA, AT e PF, foi pautada na elucidação de elementos comuns que propiciem ou contra-indiquem a sua integração em uma proposta clínica. De modo que uma característica primordial se evidenciou durante a execução das reduções fenomenológicas e da variação imaginativa.

Essa característica foi a terapêutica. Todos os fenômenos intencionam um ato de cuidado para o ser humano, no sentido propiciar uma terapêutica, porém, de modos diferentes. As TAAs o fazem por meio de um procedimento que envolva animais (DOTTI, 2014); o AT o faz mediante a presença de um acompanhante no cotidiano da pessoa cuidada, em atividades específicas (AYUBE, 1996); e a PF, pensada como ciência da vida anímica e enquanto uma atividade clínica e, especificamente no caso psicoterápica, propõe-se a lidar com as questões eminentemente humanas fornecendo-lhes a devida atenção, reflexão e meios para conhecê-la, enquanto uma via de acesso à subjetividade (GOTO, 2007).

É importante situar previamente que o processo terapêutico e clínico que se sustentam com a abordagem fenomenológica baseiam sua proposta terapêutica na compreensão da vivência do outro, tendo o método fenomenológico como caminho para compreensão empática desta vivência, situando-a em seu caráter intersubjetivo e sempre referente ao mundo-da-vida como instância e conceito norteador de suas práticas e de suas concepções psicopatológicas. Ou seja, a terapêutica enquanto vínculo comum entre os três fenômenos encontra-se relacionada de maneira íntima com o conceito de mundo-da-vida, conforme os ditames da fenomenologia, e é sob este conceito central e articulador que se baseia a presente discussão (GOTO, 2008; BINSWANGER, 2001).

Assim, a discussão se apresenta em quatro facetas: como a terapêutica se evidencia nas TAAs, relacionando o vínculo homem-animais com o mundo-da-vida da pessoa atendida (BASTOS; BORBA, 2018); como o AT possibilita uma ação terapêutica por meio da presença de um outro enquanto agente e observador no mundo-da-vida da pessoa atendida (ANTUNÉZ et al, 2011); no que consiste um processo terapêutico na PF enquanto uma proposta clínica para o trabalho, destacando por meio das reduções a estrutura essencial do fenômeno da terapêutica e sua, supracitada, relação com o mundo-da-vida (BINSWANGER, 2001); e uma retomada geral do que foi discutido antes da apresentação dos resultados, com uma breve articulação de alguns conceitos husserlianos.

Ademais, seguem-se os seguintes subtópicos: a questão do animal, na qual será pautada a relação do homem com o animal em seus modos de relação e vinculação, evidenciando a

relação do homem com os demais animais de um modo global, integrantes do seu mundo, e as possibilidades terapêuticas evidenciadas na compreensão do homem com a animalidade, sua e dos demais animais; a questão do acompanhante, na qual será pontuada a caracterização do acompanhante, bem como seus modelos interventivos e suas características que possibilitem a sua inserção no mundo-da-vida da pessoa atendida e um desdobramento terapêutico; a questão da terapêutica, na qual será avaliada o que se deve compreender enquanto terapêutica dentro da abordagem fenomenológica, em especial no referencial teórico husserliano que fundamentam os escritos clínicos dos supracitados Jaspers (1913/1979) e Binswanger (2001); e, por fim, uma retomada final para algumas considerações adicionais.

7.1 A questão do Animal

A primeira questão que se delimita é a clarificação da relação entre o homem, *homo sapiens*, e os demais animais. Tal delimitação tem importância na medida em que existe uma diferença explicitada pelo próprio conceito de TAA, que consiste em uma prática de finalidade terapêutica realizada por um profissional capacitado e um animal, na relação com a pessoa atendida (DOTTI, 2014).

Desse modo, clarifica-se que para este modelo interventivo, é preciso a presença de um animal para o processo terapêutico, contudo, uma questão emerge: mas o homem não é um animal? E com essa questão, surgem outras: afinal, se o homem também é um animal, porque existe essa prática delimitada e caracterizada pela participação de animais não humanos? Quais as qualidades específicas que diferem o homem dos demais animais e que se evidenciam nesse processo terapêutico? Qualquer animal não-humano pode ser utilizado na TAA? E, principalmente, como a participação e a assistência de um animal de outra espécie, que não a humana, pode ter efeitos terapêuticos de modo a propiciar um modelo interventivo e terapêutico específico? O que tem de tão diferente entre o humano e o animal não-humano nessa relação?

Para responder a tais questões, faz-se necessário delimitar qual a diferença essencial entre o homem e o animal, situando-as nas diferentes modalidades de concepções e compreensões evidenciadas na literatura.

Destarte, é notável que a relação entre os homens e os demais animais se modificou com os avanços técnicos e a objetificação dos animais, contudo, para além dos modos de utilização dos animais, conforme Rocha, Muñoz e Roma (2016) narram, a concepção dos animais enquanto seres análogos e de semelhante condição a do homem também se alterou drasticamente.

Se os animais seriam formas de existência à qual o homem poderia estar submetido, eventualmente em uma outra reencarnação, em especial em sociedades tribais, mas também

presente em religiões como a hindu, com maior proximidade da natureza (MACHADO; PAIXÃO, 2014; ROCHA; MUÑOZ; ROMA, 2016), o afastamento das comunidades humanas da natureza enquanto aspecto constituinte do mundo, evidenciam um panorama no qual o animal é, assim como a própria natureza, passível de controle e objetificável (ORTEGA Y GASSET, 1963; BASTOS; BORBA, 2018).

Assim, ao avaliar-se a história da humanidade, torna-se perceptível que sobre o âmbito da compreensão de quem é o animal e de quem é o homem, houve um longo processo emancipatório e de uma constituição arbitrária de uma hierarquia. Em suma, o homem ocupou um determinado lugar perante os demais animais a partir de sua própria especificidade (INGOLD, 1995; BASTOS; MERLEAU-PONTY, 2004; BORBA, 2018), e sempre pôs os demais animais em uma via comparativa para o entendimento do seu próprio ser (DERRIDA, 2002).

Desse modo, faz-se interessante avaliar primeiramente, pela evidenciação das estruturas essenciais, a relação do homem com sua própria animalidade, para depois compreender como essa relação se estende aos demais animais. O que nos conduz, antes, ao desdobramento sobre o que é a animalidade.

Se retornarmos à raiz etimológica, veremos que animal se refere à anima, que de maneira recorrente se pontua enquanto uma das manifestações fenomênicas e evidência de vida, ou seja, de atividade anímica (FONSECA, 2008). Apesar de ser uma manifestação própria de seres anímicos, mesmo os animais manifestando seus movimentos de modos muito peculiares, afinal, temos animais com alto grau de estaticidade, como os corais e esponjas (HADDAD JÚNIOR, 2003). Do mesmo modo, a variação imaginativa permite-nos estender essa concepção às plantas que também possuem vida e que se movem, crescem e reagem ao meio, mas não são consideradas animais no sentido de anímico; o mesmo ocorre com manifestações de objetos que se movem como o vento, o fogo e o mar, e não podem ser considerados animais.

Poderia-se argumentar, então, que o nível de atividade e os modos de morrer, ou da manutenção da vida seriam evidências importantes para a estrutura essencial dos animais. Contudo, essas manifestações são tão variadas que não poderiam prestar-se a esse propósito, existem animais que realizam fotossíntese, a exemplo da lesma *Elysia chlorotica* (RUMPHO, 2008); e mesmo animais que não respiram (DANOVARO et al, 2010). Assim, a questão da animalidade persiste enquanto uma questão mais profunda e complexa.

Para a ciência natural, apresenta-se a animalidade como um fenômeno de manifestação dos seres vivos pertencentes ao reino *animália*, no qual os seus integrantes possuem as seguintes características: seres heterógrafos, com células eucariontes, pluricelulares e com sistema

nervoso (DE ARAÚJO; BUSSOLAN, 2006). O que apenas caracteriza os seres vivos que manifestam animalidade, mas que pouco diz sobre a natureza deste fenômeno de uma forma mais ampla a permitir a descrição apropriada de sua manifestação.

Assim, pode-se conceber que se trata de um fenômeno também presente no homem, como explicita o caso dos meninos selvagens de Aveyron, que foram crianças que sobreviveram, desde muito novos nas florestas, sem passar por um processo civilizatório e que são descritos como animais (GONÇALVES; PEIXOTO, 2015). Nesse momento, encontramos a animalidade posta em contraponto com a civilidade, como se a presença da cultura nos privasse daquilo que é o nosso, nas palavras de Derrida (2002), eu nu.

E o que é a cultura senão uma condição na qual a humanidade faz a si mesma? Esse mundo inteiro constituído pelo que a “mão do homem” construiu (ALES BELLO, 2000, p. 163). A cultura nos aparece e se evidencia enquanto um meio, tal como uma cultura de células ou hortaliças, na qual o homem pode florescer, assim sugere a etimologia (BOLOGNINI, 1998). É na cultura que formamos a concepção de uma subjetividade, através dos meios de subjetivação. É no encontro com o outro e com esse mundo de cultura e história já pré-dado que nos situamos, e que constitui nosso mundo-da-vida. Na tradição e na cultura, o homem aspira a sentidos superiores, e encontra um meio confortável de existência garantido pela técnica (ORTEGA Y GASSET, 1963; SCRUTON, 2015).

Aqui, evidencia-se uma questão que se faz necessária para o devido aprofundamento dessa discussão. Mas não seria próprio do homem a construção de sistemas linguísticos, cívicos, institucionais e morais? Tal qual é próprio das formigas e dos cupins, quando encontrados em situações favoráveis, contruir seus ninhos e moradias? Assim como é apresentada essa mesma analogia por Nietzsche (1997) e no que foi chamado por aptidão à cultura (INGOLD, 1995).

Assim como um formigueiro não se sustenta sem a rainha, encontrou-se na literatura evidências que o fazer próprio do homem talvez também não se sustente fora do contato com seus semelhantes, como é o caso das crianças de Aveyron descrito por Gonçalves e Peixoto (2015); e dentro de um horizonte de construção histórica, afinal, como explora Eric Voeglin (1982), não existe progresso sem tradição, sem história anterior que permita um fundamento basilar para a continuidade do trabalho posterior, uma evidência é a língua, que mesmo sempre sujeita a alterações, precisa manter um núcleo básico para as transições graduais, caso contrário, a comunicação entre gerações seria impossível. Tendo esses dois elementos como condições necessárias, tal qual a terra e a rainha o são para o formigueiro, cuja a construção ultrapassa a vida de uma formiga singular, assim evidencia-se que é o homem, esse arquiteto de línguas e costumes, já que essa é uma característica essencial dos aglomerados humanos que dispunham

de tempo histórico e contato com seus semelhantes: desenvolveram uma cultura.

O que nos apresenta três concepções primordiais: a primeira é que a cultura não se opõe dialeticamente a animalidade do homem, mas que é uma manifestação de suas características específicas, enquanto espécie exercendo sua animalidade; a segunda é que a animalidade a qual a cultura se opõe e se manifesta contra, é na verdade, um movimento desordenado da própria humanidade e do próprio homem, visto que a natureza nos demonstra claros exemplos de sociedades animais muito mais ordenadas que a humana, de modo que o paradigma da animalidade versus a civilidade se assenta na pressuposição de racionalidade do homem; e que assumir um caráter de animalidade no homem no seu fazer social e histórico não pressupõe um determinismo a este homem, e não necessariamente se opõe as concepções de homem da fenomenologia enquanto indeterminado e indefinido (LIMA, 2008), pois o fazer da cultura humana é um fazer em diversidade (INGOLD, 1995).

Para iniciarmos então este diálogo sobre o tema, sem perder de vista as questões expostas no início desse tópico, que é: como a participação e a assistência de um animal de outra espécie, que não a humana, pode ter efeitos terapêuticos de modo a propiciar um modelo interventivo e terapêutico específico? Devemos evidenciar o que a humanidade insistiu por compreender enquanto animalidade e seu processo emancipatório, na qual, dotada de sua suposta racionalidade, julgou-se separada do reino animal.

Desse modo, Bastos e Borba (2018), apresentam uma série de evidências que demarcam essa separação ao longo da história, demarcando também como esse fenômeno se evidenciava no pensamento de vários dos pensadores mais proeminentes do ocidente.

Todos esses filósofos e pensadores, conforme os autores, recorrem às características específicas da humanidade para pensar o que é o homem, tendo como seu contra-ponto o animal. Desde o homem como um ser dotado de linguagem, a um ser autobiográfico, racional e político, as nuances da compreensão do homem sempre perpassaram pela concepção de um homem desnaturalizado, opondo a cultura e a civilização à naturalidade, e tendo o homem como um ser racional, histórico e portador de um modo muito peculiar de linguagem e comunicação (Ibdem).

Entretanto, é oportuno perceber que tais resultados surgiram da comparação do homem com os demais animais, e que a própria escolha dos demais animais como parâmetro comparativo já é uma evidência da proximidade existente entre ambos. Acrescentam-se enquanto evidências desse movimento emancipatório o afastamento já supracitado do homem com a natureza, em uma relação de domínio sobre a mesma (BORBA, 2015); a utilização do termo “animal” a outros seres humanos com a intenção de denegrir a imagem da pessoa

ofendida, tanto no caso de Darwin, quando evidenciou a proximidade do homem à animalidade no sentido biológico, sendo caricaturado enquanto um símio (DESMOND; MOORE, 2009), quanto no caso de racismo ocorrido no meio futebolístico, no qual atirou-se uma banana para um jogador latino, insinuando sua condição animalesca como desmérito de seu lugar enquanto homem (ALMEIDA; MOTA, 2015); e a enunciação de proximidade de certos humanos, marcados por características fenotípicas, ao reino animal como prerrogativa para práticas como a escravidão (TOSI, 2003). Afinal:

De modo geral, os filósofos têm tentado descobrir a essência da humanidade na cabeça dos homens, em vez de procurá-la em suas caudas (ou na ausência delas). Mas, na busca dessa essência, eles não se perguntaram sobre "o que faz dos seres humanos animais de determinada espécie?" Ao contrário, eles inverteram a pergunta, indagando: "O que torna os seres humanos diferentes dos animais, como espécie?" Essa inversão altera completamente os termos da questão. Isto porque, formulando a pergunta da segunda maneira, o gênero humano já não aparece como uma espécie da animalidade, ou como uma pequena província do reino animal. A pergunta faz alusão a um princípio que, infundido na constituição do animal, eleva seus possuidores a um nível mais alto de existência do que o do "mero animal". A palavra humanidade, em suma, deixa de significar o somatório dos seres humanos, membros da espécie animal *Homo sapiens*, e torna-se o estado ou a condição humana do ser, radicalmente oposta à condição da animalidade (INGOLD, 1995, p. 5-6).

Como adendo, explicita-se nessa relação emancipatória dois aspectos fundamentais: que a conjuntura do poder humano sobre os demais animais os objetificou, e isso propiciou modelos de relação que se evidenciam enquanto uma problemática ética, como o abandono, a experimentação e a comercialização; e que os pensadores supracitados não erraram quanto a alegação que o homem seja, de fato, dotado de racionalidade, de uma linguagem peculiar e de uma historicidade, porém, essas concepções não se relacionam com uma perda da animalidade, mas sim, intencionam-a evidenciada como o afastamento da cultura e da civilização, e não como essência presente em todos os animais (INGOLD, 1995; BASTOS; BORBA, 2018).

Desse modo, o termo animal, referindo-se ao fenômeno da animalidade, tanto nos casos de racismo, quanto nos casos das crianças de Aveyron indicam que o termo foi utilizado para intencionar um comportamento que aparece aos costumes tradicionais como caótico e desregrado (GONÇALVES; PEIXOTO, 2015). Portanto, o termo "animalidade" utilizado como oposto da cultura, em realidade é evidência da barbárie e tem sido utilizada ao intencionar certas sociedades, civilizações e condutas humanas, situando-as próximas aos animais e por isso em uma situação de desmerecimento, ao invés de se referir a uma conduta comum entre os animais (INGOLD, 1995).

Para corroborar com a afirmativa acima, pode-se situar a argumentação de Edgar Morin (1973), que demonstra que a animalidade encontra manifestações ordenadas, tanto em animais como abelhas, cupins e cadurmes, quanto em primatas como babuínos e chimpanzés, visto que

os avanços na etologia apontam para estruturas sociais complexas com distinções de papéis e sistemas de comunicação e construção de práticas semelhantes a costumes. Portanto, a utilização do termo “animalidade” como bárbaro, selvagem, desordeiro e agressivo não suportam a aplicação da variação imaginativa, tendo em vista a própria constituição e comportamento social de certas espécies. Ademais, evidencia-se pelo método fenomenológico, que o termo animalidade tem sido intencionado na literatura como oposto à cultura como um *apriori*, em uma pré-concepção acerca do que é a animalidade.

Assim, se buscarmos o que há de comum dentre todos os animais, ao realizar uma redução eidética (GUIMARÃES, 2013), sobre os animais evidencia-se que todo animal tem sua especificidade, ou seja, compartilha certos atributos com aqueles de sua mesma espécie; possui um sistema nervoso ao nível biológico que lhe é determinante enquanto instância corpórea de sua presentificação no mundo, por mais rudimentar que seja esse sistema, sendo também um ser pluricelular, com tecidos (DE ARAÚJO; BUSSOLAN, 2006), e, principalmente, no que diz respeito ao caráter imaterial da animalidade, tem-se o que foi apresentado com mestria pelo filósofo Merleau-Ponty (2004, p. 38), em 1948, como animalidade sendo o traço do animal ser “o centro de uma espécie de ‘colocação de forma’”.

Destarte, a animalidade, enquanto essência comum a todo animal, diz respeito a representatividade do animal singular às formas de se implicar na existência de toda uma espécie e de resolver-se no mundo que lhe é dado. Diferente das plantas, fungos, bactérias e protozoários; os animais, do maior e mais ativo até o menor e mais estático, tem como elemento constituidor e caracterizador uma empreitada pela existência de resolver o mundo do modo próprio pelo qual este se apresenta para eles, com seus problemas e percepções que lhes são próprios. Um modo próprio, mas comum de exploração e posicionamento no mundo percebido é a essência da animalidade (MERLEAU-PONTY, 2004).

Desse modo, todo animal se manifesta de uma forma que é comum a espécie, sem deixar de, assim como é o caso do humano, ser singular e ter uma história própria. Percebem e se relacionam com o mundo no qual estão inseridos (Ibidem), o que se evidencia pelo fato de distinguirem o pasto do solo, quem é presa, quem é predador, quem é como ele, e quais animais são diferentes, o que é vivo e o que não é.

Ademais, mediante essas relações com o mundo, o animal também se relaciona com fenômenos comuns aos humanos, como a própria finitude, o prazer e a dor. Porém, não se relacionam com esses fenômenos da mesma forma, apesar de existir certa correspondência análoga, que permite, como a experiência das TAAs sugerem, a constituição de um vínculo empático entre as espécies (BASTOS; BORBA, 2018).

Portanto, o existir do animal assemelha-se ao do humano, mas que se difere, e justamente por isso é preciso pontuar aquilo no que Derrida (2002) afirma concordar com Montaigne em seu texto, que não se deve tentar compreender ou julgar as capacidades dos animais por meio do homem enquanto medida. E tão pouco, é preciso acrescentar, deve-se humanizar o animal, uma vez que a animalidade possui como característica essencial a representação do animal-indivíduo dos modos de sua espécie, tomar o animal por humano é desferir um golpe sobre aquilo que é seu posicionamento no mundo, é submetê-lo à visão antropocêntrica estendida aos animais, descrita por Menezes Filho e Gurgel (2011).

Do mesmo modo que o existir do homem, enquanto dotado de animalidade, encontra correspondência com o existir dos demais animais, a ponto de propiciar vínculos empáticos, também os animais dispõem de qualidades e competências que, geralmente, apenas são atribuídas aos humanos. Assim, Ingold (1995) é pontual em situar que a racionalidade, a linguagem e os comportamentos sociais também estão presentes em vários animais, em níveis diferentes e de manifestações distintas, mas que são geralmente negados aos animais pela hierarquia do homem, assim também afirmam Derrida (2002) e Merleau-Ponty (2004), ao situarem a posição desprivilegiada dos animais na sociedade humana.

Uma vez situadas as características essenciais que ligam o homem ao animal, pode-se perceber que eles não são indiferentes uns aos outros, e é essa a primeira faceta do questionamento que esse sub-tópico pretende responder. O homem está presentificado no mundo com os animais, e a eles reconhece uma existência a qual não pode ser indiferente, salvo os casos da naturalização da relação, descrita por Bastos e Borba (2018).

Se assumimos então que, diferente das concepções clássicas e modernas que entendiam os animais como máquinas (MERLEAU-PONTY, 2004), o animal também sofre, o homem não se encontra alheio a esta manifestação do animal, ele se faz notar pelo seu existir conjuntamente com o homem. É assim que se pode assumir o animal enquanto outro, visto que está de certo modo disposto na existência, vivo e perceptivo, e a isso o homem é convocado e mobilizado.

É essa concepção que faz com que Derrida (2002), sinta um embaraço ao ficar nu frente ao seu gato, porque não se trata de um objeto, como um cabide ao qual a nudez do filósofo é indiferente, há um olhar sobre o seu nu, um testemunho. É também o que levou um dependente químico a adotar um gato, e para cuidar desse gato, livrar-se do seu vício por heroína (BROWEN, 2013), e que levou a um paciente esquizofrênico, com um alto nível de desorganização, a organizar-se suficiente para, mobilizado pela dor de seu cão, pedir dinheiro, ir à farmácia, comprar o necessário, fazer o curativo no cachorro e devolver o troco (MELLO, 2014).

Uma vez que o ser humano consiga entrar em contato com o que há de mobilizador e comum na existência dos demais animais e com a sua própria existência, a possibilidade de estabelecer uma relação e um vínculo empático, de respeito e alteridade, compreendendo o animal necessariamente enquanto outro também presente no mundo conforme os exemplos supra-citados, abre-se um caminho, para um processo terapêutico. Contudo, existem limitações nesse caso, visto que seres humanos em postura natural podem não entrar em contato com o animal na relação, e dirigir-se ao animal de modo a encarar o animal enquanto objeto, tendo um viés utilitarista e uma relação de descarte e descaso (BASTOS; BORBA, 2018).

Entretanto, se homens e os demais animais podem ocupar a posição de outro numa relação, e isso abarca também as relações em processos terapêuticos, retornamos para dissertar sobre segunda faceta da pergunta central deste subtópico. Isso é, resta explicitar qual a diferença entre o homem e os demais animais, já que ambos possuem a animalidade enquanto fenômeno comum, que tem implicação terapêutica para as TAAs.

A resposta a essa questão deve ser pautada, dessa vez, não no que o homem tem em semelhante com os demais animais, mas sim no que o caracteriza enquanto tal. Nesse ponto, é oportuno situar que essa diferença não pode ser pautada em nenhuma habilidade ou competência como a linguagem ou a racionalidade, pois, como visto anteriormente, essas características também estão presentes nos animais em escalas, modos e graus distintos, ademais, no próprio homem tais fenômenos são demasiadamente variantes para que possam ser elegidos como uma diferença adequada (INGOLD, 1995).

Portanto, a situação da especificidade humana, o que nos distingue enquanto espécie de outros animais deve ser algo para além dessas características tão elegidas por tantos filósofos e pensadores (BASTOS; BORBA, 2018). Destarte, na pesquisa realizada, dois autores tangenciaram a resposta.

O primeiro, Tim Ingold (1995), ao demonstrar que aquilo que se concerne a humanidade não está situada no âmbito do corpo humano biológico, mas sim, das suas produções culturais, históricas, epistemológicas e sociais. As evidências disso são: a classificação e a compreensão das ciências humanas não compreenderem disciplinas que se pautam no estudo do corpo biológico, de tal modo que as humanidades são a filosofia, a história e a linguística, e não a medicina; e a concepção apresentada como:

A "aptidão para a cultura", sejam quais forem os demais sentidos da expressão, é uma capacidade de gerar diferença. Nesse processo criativo, que se realiza no curso ordinário da vida social, e através dele, é que a essência da condição de humanidade se revela como diversidade cultural. Para qualquer indivíduo apanhado no curso desse processo, "tornar-se humano" significa tornar-se diferente dos demais seres humanos que falam idiomas ou dialetos diferentes, praticam ofícios diferentes, têm crenças

diferentes, e assim por diante. Se é nessa diferenciação de si mesmos dos demais seres que os humanos são distinguidos essencialmente dos animais, conclui-se então que a animalidade humana se revela na ausência dessa diferenciação, na uniformidade (p. 8).

Assim, não há algo de animal em nós escondido ou sublinhado pela cultura, mas sim, a cultura com toda a sua diversidade e variabilidade é o nosso modo de existir pela nossa própria animalidade

O segundo, apresentado pelo fenomenólogo Max Scheler (2008), ao situar que uma das características específicas do humano, e mais explicitamente, que a diferença essencial entre o humano e o animal é o espírito, ou na língua do filósofo: *geist*. O espírito seria o que possibilitaria o homem a produzir-se e a não ser determinado na sua existência e de carregar consigo uma liberdade muito específica sobre o seu ser. Aqui, é oportuna uma interlocução com a essência de animalidade apresentada por Merleau-Ponty (2004, p. 38), se a animalidade é ser “o centro de uma espécie de ‘colocação de forma’”, implicando em uma percepção e posicionamento das espécies sobre o mundo de uma forma própria, o modo de “colocação de forma” humana é, conforme apresenta Scheler (2008, p. 10), aberto, ou ainda, o homem tem sua relação com o meio definida como “aberta ao mundo”.

Finalmente, resta-nos dissertar sobre como essas diferenças entre o homem e os demais animais são relevantes para o efeito terapêutico das TAAs. Ressaltando de antemão que a animalidade é um fator primordial, pois é ela que faz com que o animal seja reconhecido enquanto semelhante e faça-se notar enquanto presença no espaço terapêutico.

Ademais, é preciso retomar que, conforme já supracitado, a animalidade permite esse reconhecimento enquanto semelhante, pois os demais animais possuem uma existência análoga a dos seres humanos. Destarte, Bastos e Borba (2018) já apontaram para o estabelecimento de um vínculo afetivo e empático como fator primordial para um vínculo terapêutico e ético na prática das TAAs, o que só é possível porque o animal pode ocupar um lugar de outro na relação com a pessoa em atendimento.

Porém, além da preponderância do vínculo apresentada por Bastos e Borba (2018), se avaliarmos a literatura que mostra que uma enorme variedade de animais já ocupou o lugar de coterapeuta, de répteis a cães e aves (DOTTI, 2014), significa dizer que a característica propiciadora da terapêutica não se restringe a nenhuma manifestação específica de animalidade não-humana, mas que a animalidade humana apresenta algo que não pode subsidiar essa prática do mesmo lugar que um animal não-humano.

Assim, uma vez que, previamente, já foi apresentada a animalidade humana, é preciso pontuar o que nela difere da animalidade de todos os outros animais, que no momento em que

o animal entra em cena no processo terapêutico a modalidade de vínculo é diferente.

Desse modo, se observarmos os casos de atendimentos assistidos por animais narrados por Borba (2015) e por Boris Levinson (1962), verificaremos, sem grandes dificuldades, alguns elementos comuns que demarcam esse lugar que o animal se põe a ocupar de um modo que outro humano, talvez, não pudesse.

Nos casos descritos, verificamos uma semelhança que denuncia a resposta a nossa pergunta. Em ambos os casos, um animal entrou no local de atendimento, e chamou a atenção da pessoa atendida de modo que a pessoa atendida se mobilizou em direção ao animal e este passou a integrar e assistir ao processo terapêutico (BORBA, 2015; LEVINSON, 1962).

Diante do exposto, percebe-se que: 1- é precisamente a presença física do animal no ambiente que possui uma qualidade catalizadora, permitindo um encontro entre a pessoa atendida e esse outro, animal, entre o olhar o animal e ser por ele olhado (DERRIDA, 2002) ao qual não se é indiferente; 2- o animal estabelece um vínculo imediato (BORBA, 2015) e de afeto mútuo (PORTO; CASSOL, 2007), diferente dos humanos, o animal encontra um meio de vinculação direta e imediata, sendo por isso, valorizado na terapêutica com público infantil; e 3- o que já foi exposto só é possível se houver uma disponibilidade do animal e da pessoa atendida para o encontro e a vinculação, e se o animal for elemento constituinte do mundo-da-vida daquela pessoa, ocupando o lugar de uma alteridade, de um outro, e fora de uma relação objetificadora e utilitarista (BASTOS; BORBA, 2018).

Em suma, a resposta a pergunta como a participação e a assistência de um animal de outra espécie, que não a humana, pode ter efeitos terapêuticos de modo a propiciar um modelo interventivo e terapêutico específico? Parece encontrar uma resposta no reconhecimento do animal enquanto uma existência análoga a nossa; e na concepção do seu modo de vinculação afetiva e imediata.

Evidências desse modo de vinculação, para além dos casos já citados dentro da terapêutica (BASTOS; BORBA, 2018; BORBA, 2015; LEVINSON, 1962; DOTTI, 2014; MELLO, 2014; BROWEN, 2013), podem ser encontradas no trabalho de H. Funch (1987) que se debruça na razão das pessoas possuírem animais de estimação, e encontra as seguintes causas que se evidenciam enquanto resultados dessa modalidade de vínculo que gera um cuidado consigo e com o outro, o animal: companhia, relação de cuidado, ocupação, afagos, segurança, uma relação de observância e uma relação de incentivo às atividades físicas.

Por fim, resta situar e relembrar que, apesar do exposto, o animal quando proposto para um trabalho terapêutico, deve possuir uma disponibilidade espontânea para este trabalho e características que se enquadrem na proposta terapêutica em questão. No decorrer deste

subtópico se trabalhou a animalidade como uma expressão individual de toda uma espécie, mas isso não significa que não existam individualidades nesses animais quanto à agitações e disponibilidade para carinhos e afagos, por exemplo, como situam Porto e Cassol (2007). Ademais, não é porque o vínculo do animal ocorre de maneira mais direta, que ele sempre ocorrerá.

7.2 A Questão Do Acompanhante

A existência conjunta sempre foi uma questão primordial para a fenomenologia, tanto pela sua relevância epistemológica, que tem implicação direta sobre a fundamentação do conceito de intersubjetividade, quanto pela sua importância acerca do posicionamento do homem no mundo compartilhado com esse outro no pensar de uma ética (HUSSERL, 2014; HUSSERL, 2008a; HUSSERL, 2008b).

Desse modo, uma modalidade terapêutica clínica e complementar à psicoterápica, que tem como princípio basilar a constatação existencial de um mundo compartilhado suscita interesse e questionamentos sobre as manifestações do fenômeno do outro na terapêutica. Afinal, acompanhar no sentido do AT não é simplesmente estar presente em termos físicos, compartilhando o mesmo ambiente, de modo que estar junto fisicamente não é garantia de vivenciar a presença do outro, conforme apresenta-nos Dourado (2018), ao descrever e evidenciar a vivência da solidão em meio a multidões.

Assim, configura-se a seguinte pergunta: o que é acompanhar, e como acompanhar é essencialmente diferente de estar sozinho na presença de um outro? Para responder tal pergunta, deve-se recorrer às reduções fenomenológicas, para examinarmos a diferença primordial na vivência de uma presença com um outro enquanto acompanhante e enquanto um mero compartilhamento de um espaço comum.

Uma vez respondida essa questão, outras emergem para o devido aprofundamento do tema, afinal: Quem pode acompanhar? E o que é preciso para estar na posição de acompanhante? Qual a estrutura essencial do acompanhante, sua função e qualidades primordiais? Se o animal é um outro, ele pode ser enquanto acompanhante?

Desse modo, ao partimos para a análise fenomenológica do acompanhamento, podemos visitar na literatura as evidências e manifestações desse fenômeno, com a finalidade de intenciona-lo de modo descritivo e não *apriorístico*. Dito isto, uma primeira concepção que aparece na literatura é a de Safra (2006), que nos aponta para a solidão, como um contraponto do acompanhamento, que se manifesta para Pimentel (2009), enquanto a vivência da ausência ou insuficiência qualitativa ou quantitativa de vínculos.

Tal posicionamento é interessante, pois demarca uma relação básica nesse sentido: só

vive a solidão quem se depara com a necessidade de vínculo. Tal concepção demonstra-se coerente com a diferença conceitual entre solidão e solitude. Solitude é pertencente ao âmbito de uma escolha individual, e consiste em encontrar-se sozinho no que concerne ao espaço físico, sem um outro presente, e que não necessariamente implica em uma ausência de vínculo; enquanto que a solidão é uma vivência de não se sentir ligado a um outro (PIMENTEL, 2009; LIMA, 2013).

Porém, é preciso pensar outras duas instâncias para apreensão da essência da solidão, e do seu contra-ponto, do que é estar acompanhado. A primeira é que ao pensarmos a solidão como vivência de uma ausência ou insuficiência de vinculação, nos deparamos com os seguintes problemas: estamos nos referindo a ausência ou insuficiência de vínculos como um dado que se estende temporalmente à toda vida da pessoa? E o que é preciso para vincular-se? Quem é esse outro a quem se vincula?

De tal modo que, se concebermos o que tem sido pesquisado e divulgado sobre o tema, em especial na vivência de idosos, perceberemos que eles possuíam ou possuem vínculos, estavam vinculados, e de alguma maneira, ainda coseguem intencionar essas vinculações passadas ou inviabilizadas por qualquer condição como a distância ou dificuldades de locomoção, e que essas são consequências do processo do envelhecimento em nossa sociedade ocidental, uma vez que se perde o papel social e laboral e também vivencia-se a morte de amigos (FREITAS, 2011; CORREIA, 2012).

Assim, perante a redução eidética, o que se caracteriza enquanto a vivência da solidão não é meramente a ausência de vínculos por aqueles que os desejam, mas sim a vivência no momento presente de um vínculo, e mais do que isso, algo mais originário que o vínculo, a ausência presente de encontro com um outro. Porém, não um outro qualquer, mas um “outro significativo” (PIMENTEL, 2009, p. 244). Ou seja, a literatura sugere que de nada adianta o indivíduo possuir vinculações se não pode usufruir delas enquanto vivências, se não pode propiciar um encontro, especificamente, com um outro ao qual já se esteja vinculado ou em viés de vinculação, um “outro significativo” (Ibdem).

Destarte, precisa-se conceber então quem é esse outro, e mais, quem é esse “outro significativo”, bem como conceber no que consiste o encontro enquanto possibilidade da vivência do acompanhamento. E para isso, é possível recorrermos aos trabalhos, pesquisas e desenvolvimentos fenomenológicos de Merleau-Ponty (2004) e Ales Bello (2000), fazendo uma interface entre os dois aspectos do encontro.

Assim, é preciso que se compreenda que, primeiro, para existir um encontro é preciso que um esteja passível de ser percebido pelo outro, enquanto outro. E, em seguida, que essa

compreensão não seja uma mera compreensão ao nível intelectual, mas que possa ocorrer um envolvimento afetivo e espiritual (ALES BELLO, 2000).

Dito isto, pode-se pensar que a possibilidade de encontro com o outro é primeiro, subsidiado por uma possibilidade perceptiva de, obviamente, perceber o outro, com o qual o encontro está em jogo. Portanto, conforme nos demonstra Merleau-Ponty (2004), o ato perceptivo do homem sobre o outro, trazendo para debate a separação cartesiana, é uma manifestação de corpo e espírito, que são vivenciados de forma una e que não podem ser separados no nosso encontro com o outro, de maneira que as expressões do espírito só poderiam ser percebidas e intencionadas no outro por meio das manifestações corpóreas que as evidenciam em sua mais legítima unidade, evidenciando implicações no ato de perceber ao outro.

Ademais, ainda conforme o autor, é a corporeidade enquanto matéria, uma vez que o espírito não habita o material e não é material, que nos permite perceber o outro enquanto corpo. Assim, mesmo que a presença do outro seja mediada pela tecnologia em sua evidenciação, por uma mensagem ou ligação, é precisamente um corpo manifesto que o faz. Para além da corporeidade, que possibilita o encontro desse outro, coloca-se também a afirmação de que só nos percebemos enquanto existentes no momento do contato com o outro: “Só sentimos que existimos depois de já ter entrado em contato com os outros, e nossa reflexão é sempre um retorno a nós mesmos que, aliás, deve muito a nossa frequência do outro” (Ibidem, p. 48).

O que nos acarreta pensar que o encontro com o outro requer um ato perceptivo que não só nos adverte da existência desse outro, mas também da nossa própria existência. De modo que o filósofo, aluno de Husserl, continua: “É portanto porque o corpo do outro, com suas diversas gesticulações, lhe aparece de imediato investido de uma significação emocional, é assim que ele aprende a conhecer o espírito, tanto como comportamento visível, quanto na intimidade de seu próprio espírito” (Ibidem, p. 48).

Assim, pode-se acrescentar as contribuições do pensamento E. Stein, apresentado por Ales Bello (2000), acerca da existência e da percepção do outro enquanto elemento constitutivo do mundo-da-vida. Desse modo, outra condição originária para o encontro é o reconhecimento e a compreensão do outro, de maneira que o reconhecimento e a compreensão se apresentam enquanto possíveis apenas sob a condição de reciprocidade. Ou seja, para que se possa reconhecer e compreender, é preciso que haja a possibilidade de ser, antes, também reconhecido e compreendido.

Tal prerrogativa coloca em questão o porque do reconhecimento ser uma atividade, uma intenção direcionada a elementos vitais do mundo-da-vida. De modo que a autora escreve que:

[...] a percepção externa sozinha nos oferece unicamente o corpo físico [...]. Todavia, o movimento de compreensão e de reconhecimento não tem uma direção unívoca, ou seja, partindo de mim em direção ao outro, mas é recíproca. De fato, a constituição do indivíduo fora de mim é a condição da constituição do indivíduo em si mesmo; pois, quando capto o corpo de um outro como meu semelhante, capto também a mim mesmo como igual a ele [...] (ALES BELLO, 2000, p. 162).

Verificando-se, assim, a concordância entre o pensamento de Merleau-Ponty e de E. Stein, quanto a concepção de perceber o outro em sua dependência com uma corporeidade e também enquanto um ato perceptivo de si mesmo, sendo esta a condição primeira para o encontro e uma concordância que permitiu este diálogo dentre dois fenomenólogos. E mais, a segunda condição sendo a possibilidade de uma reciprocidade necessária para que o encontro ocorra (ALES BELLO, 2000; MERLEAU-PONTY, 2004).

Assim, verifica-se o encontro enquanto um conceito que não só embasa a resposta da questão desse subtópico: o que é acompanhar, e como acompanhar é essencialmente diferente de estar sozinho na presença de um outro? Mas que podemos então compreender que acompanhar é a vivência de um encontro com um outro, que ao rememorarmos Pimentel (2009), refere-se a esse outro do encontro como um “outro significativo”. Pois bem, o que seria então isso? Um “outro significativo”?

Para compreender o que responde a essa nova questão, podemos nos dirigir à literatura ao encontrarmos em Saint-Exupéry (2017) a figura do amigo enquanto um outro cultivado, um outro que se torna único e especial para nós após o cultivarmos. É com essa evidência que se torna possível compreender o “outro significativo” como um outro significativo e que tem sentido em nossa existência, a quem reconhecemos e compreendemos com um envolvimento empático, a um nível espiritual (ALES BELLO, 2000). Em suma, um outro ao qual somos vinculados, e por vincular-se é, compreender-se ter o outro como uma presentificação vívida, referencial e afetiva no nosso próprio mundo-da-vida. O outro especial é alguém com quem existe um vínculo, e ao qual não sou mais alheio, mas que, conforme nos afirma Queiroz (2017), estou ligado, aproximado, junto, aquele a quem eu acompanho.

Assim, evidencia-se a necessidade do at e da pessoa atendida estarem disponíveis nessa relação, e também que os conceitos de vínculo e encontro se apresentam como fundamentais não só para o desenvolvimento das atividades do at (BEZERRA; DIMENSTEIN, 2009), mas também, da clínica fenomenológica (BORIS, 2008 LUCZINSKI; ANCONA-LOPEZ, 2010).

Desse modo, uma vez clarificada essa primeira questão, sobre qual a estrutura do acompanhar, o que significa enquanto uma vivência e o ato de estar junto com um outro, pode-se sistematizar que: o AT, enquanto atividade que se pauta na possibilidade de estar presente para com o outro, em um vínculo afetivo precisa fazer-se presente no encontro e estabelecer

uma relação de reciprocidade e compreensão como condição básica para a vinculação.

Porém, acompanhar é apenas uma das peculiaridades do at, lembrando que não estamos tratando de qualquer modelo de acompanhamento, mas sim, de um modelo específico: com uma proposta terapêutica e que necessita de conhecimentos e habilidades próprias para atender ao seu objetivo. Ademais, não é apenas essa a exclusividade do at, tendo em vista ainda que este deverá dispor-se em toda uma sorte de ambientes e atividades que exigirem do acompanhante a destreza necessária.

Destarte, é preciso que se apontem para as qualidades e os fazeres do at: condicionamento e aptidão física, destreza em situações inusitadas, flexibilidade e adaptabilidade, habilidade social e conhecimento clínico são algumas das habilidades e requisitos que são buscados de forma geral em ats. Tais especificidades são requeridas devido às especificidades do trabalho, e encontram suas justificativas nelas e nos seus riscos (LONDERO; PACHECO, 2006; PALOMBINI, 2006).

Afinal, o at pode inserir-se em ambientes em que esteja pouco familiarizado, precisar conter o acompanhado, se relacionar com familiares ou amigos do acompanhado de modo a não comprometer sua posição e realizar intervenções *in loco*. Assim, verifica-se que algumas das características do at decorrem da natureza do trabalho (KIRSCHBAUM; PAULA, 2002; LONDERO; PACHECO, 2006).

Entretanto, existem outras habilidades e características igualmente importantes, como a capacidade de estabelecer vínculos e “características definidas pelo perfil do paciente” (p. 265). Estas outras características podem, inclusive, ser referentes à gênero e idade que para os acompanhados pode se demonstrar relevante na inserção do at em seu meio social (LONDERO; PACHECO, 2006).

Dito isto, verifica-se que as competências, as habilidades e as características do at sempre são relacionadas e requisitadas conforme as exigências das atividades realizadas pelo profissional, conforme nos narram Santos, Motta e Dutra (2005, p. 503):

A função do AT é de difícil abordagem na medida em que sua tarefa, na maioria das vezes, é objetivamente definida pelo profissional que reivindica seu trabalho. Vale destacar que muitas vezes os efeitos do atendimento extrapolam o objetivo inicial a partir do qual se deu a indicação, daí as dificuldades contidas neste âmbito.

Desse modo, a literatura não apresenta um consenso acerca dos fazeres do at, o que tão pouco demonstra uma lista de características e habilidades necessárias a todos os at.

Tal fato é ainda dificultado pelo próprio processo de formação destes profissionais, visto que eles na literatura correspondem, desde discentes até profissionais provenientes de cursos e profissões afins da área da saúde mental, até pessoas que receberam treinamentos e se

propuseram a atuar conforme a proposta do AT (LONDERO; PACHECO, 2006; PITIÁ; FUREGATO, 2009). E, para além disso, a própria prática do at se mistura, não só com o que ele faz, mas com características pessoais que em outro contexto, não necessariamente seriam essenciais para alguma outra atuação profissional (ANTUNÉZ et al, 2011), o que não implica dizer que, apesar deste envolvimento pessoal, não se vincule um trabalho em uma modalidade contratual (PITIÁ; SANTOS, 2006).

Destarte, o que se evidencia enquanto essencial por meio da redução eidética sobre a prática do AT, no que diz respeito as suas funções pode ser descrito. No que tange as funções, que a literatura destaca, podemos situá-las entre quatro principais: trabalhar com o psicoterapeuta, tanto na troca de informações relevantes, quanto no planejamento das atividades e intervenções terapêuticas, como administrar medicamentos, ou mesmo contenções quando houver risco para alguém; promover que o atendido desenvolva o auto-cuidado, o que inclui noções básicas de higiene pessoal e auto-preservação; fornecer suporte afetivo; e desenvolver atividades que dizem respeito a relação do atendido com o mundo, ou, mundo-da-vida no dizer da fenomenologia (PALOMBINI, 2006; LONDERO; PACHECO, 2006; PITIÁ; SANTOS, 2006; PITIÁ, FUREGATO, 2009).

O que nos leva a constituição do AT enquanto uma prática terapêutica complementar, embasada na concepção de um cuidado sustentado por uma experiência de encontro (VELOZO; SERPA JÚNIOR, 2006), por sua vez, possibilitada pela existência de um vínculo que deve ser construído no seu próprio processo de atuação por meio da disponibilidade do acompanhante e do acompanhado, do reconhecimento e da compreensão, conforme nos narra Ales Bello (2000).

Ademais, o AT não pode ser vinculada de maneira superficial à noção do espaço, visto que esse modelo interventivo pode ocorrer dentro de instituições, como asilos, e fora deles (VELOZO; SERPA JÚNIOR, 2006; FIORATI; SAEKI, 2008); mas sim, deve ser compreendido como uma inserção desse outro no mundo-da-vida do atendido no momento do encontro.

Desse modo, a literatura descreve de maneira tímida aquilo que a Psicologia Fenomenológica já insinuava: por mais que seja característico a atuação do at fora do espaço clínico clássico, isso é, do *setting* terapêutico, o verdadeiro norteador da prática, e o que proporciona a terapêutica são as atividades desenvolvidas que corroboram para o alcance dos objetivos terapêuticos, conforme nos narram Pitiá e Furegato (2009), ou seja, é a natureza das atividades acompanhadas e como os lugares visitados durante o processo compõe o mundo-da-vida da pessoa atendida.

Assim, devemos responder às questões supracitadas: Quem pode acompanhar? E o que

é preciso para estar na posição de acompanhante? Qual a estrutura essencial do acompanhante, sua função e qualidades primordiais? Se o animal é um outro, ele pode ser enquanto acompanhante?

De modo que, a resposta das três primeiras perguntas, de modo sucinto constitui-se em: pode acompanhar aquele treinado e preparado para essa atividade, que possua as habilidades necessárias para realizar as tarefas e intervenções esperadas, e que também esteja hábil para construir um relacionamento com o acompanhado que permita o seu trabalho, ou seja, encontrar-se com o outro e estabelecer uma relação de vinculação. Entretanto, esta resposta necessita de maiores aprofundamentos, no que concerne à clarificação de quais habilidades, intervenções e atividades estamos a nos referir.

O aprofundamento é necessário para que não concedamos respostas curtas e incompletas como as apresentadas por Pitiá e Furegato (2009), que expõe apenas a formação e a habilidade social de despojamento como qualidades para o fazer do at. A formação é imprescindível em especial pelas intervenções e pelas atividades que requerem o conhecimento clínico, bem como o despojamento pode-se fazer oportuno para o estabelecimento de vínculo e pela flexibilidade do trabalho, associado ao despojamento; contudo, ambas prerrogativas não necessariamente dão a garantia e o sustento de aspectos imprescindíveis para o trabalho do at, como a importância do vigor físico, em certos casos (LONDERO; PACHECO, 2006), e as condições humanas e afetivas que possibilitam a disponibilidade para o encontro e o vínculo, como Palombini (2006, p. 120) alega ser essencial: “[...] refere-se à disponibilidade para o encontro com o outro, tanto da parte do acompanhante como da pessoa a ser acompanhada”.

Contudo, essa resposta varia conforme o referencial teórico e metodológico ao qual o trabalho do at está vinculado, conforme o exposto por Santos, Motta e Dutra (2005, p. 503):

[...] sua função também pode variar, além do aspecto apontado acima, a partir da concepção teórica com a qual a equipe que trata do paciente trabalha, na medida em que o Acompanhamento Terapêutico é, de maneira geral, indicado pelos profissionais que conduzem o tratamento do paciente, ou seja, seu psiquiatra ou psicoterapeuta.

Portanto, o que se pode fazer neste trabalho monográfico para aprofundamento dessa pergunta é apresentar a estrutura essencial do AT mais uma vez, e clarificar o que é esperado desse profissional em uma clínica de embasamento husserliano, antes que se possa responder à última pergunta restante nesse subtópico.

Desse modo, diante do que já foi exposto, podemos sistematizar e reduzir o AT, no sentido husserliano, como um fazer clínico, pautado em um vínculo entre um acompanhante e um acompanhado, de maneira que ambos realizam atividades específicas, com o objetivo de melhorar as relações do acompanhado. É uma prática complementar a um processo

psicoterápico, realizado por pessoas disponíveis para entrarem em contato uma com a outra e estabelecerem um vínculo afetivo e profissional.

Em suma, o AT se configura como um fazer clínico e terapêutico, de uma relação de cuidado, realizado por um acompanhante, que deve ser capaz cumprir com os objetivos terapêuticos estabelecidos, e um acompanhado. É um fazer complementar à psicoterapia que ocorre de maneira direta e imediata nas situações clinicamente relevantes, tendo como fundo a autonomia do acompanhado e sua reinserção no convívio social, prezando pelas suas relações no mundo.

Quanto a um acompanhamento terapêutico, pensado dentro de uma clínica fenomenológica, pode-se pontuar as seguintes concepções, expostas a seguir, que norteiam a ação do at, e que dizem das qualidades deste.

Assim, deve-se pontuar que o cerne das psicopatologias para a fenomenologia consiste nas relações da pessoa atendida com o seu mundo-da-vida, e de tal modo ocorre o acompanhamento neste modelo, compreendendo o mundo-da-vida da pessoa atendida e buscando reconfigurar suas relações nesse mundo, e essa possibilidade de reconfiguração, que é responsável pela terapêutica na abordagem fenomenológica, só é possível devido ao vínculo entre acompanhante e acompanhado (ANTÚNEZ, 2011; BINSWANGER, 2001). Portanto, não se trata de delimitar o atendimento do AT a certos transtornos, como já se fez anteriormente, indicando-o em casos de patologias específicas como esquizofrênicos, depressivos com risco de suicídio e casos de drogadição (PITIÁ; SANTOS, 2006).

Destarte, as intervenções e os fazeres do at seriam condizentes com as relações da pessoa atendida e seu mundo-da-vida, mantendo as quatro funções supracitadas nesse subtópico, evidenciadas por meio da redução eidética, expostas na página 61 deste texto.

Porém, acerca das características e das habilidades do at, destaca-se o conhecimento clínico como importante, em especial o conhecimento da Psicologia Fenomenológica enquanto meio de acesso à vivência do outro, bem como dos fenômenos por ele intencionados e os sentidos doados (GOTO, 2008). Nesse ponto, a *epoché* e as reduções fenomenológicas enquanto caminho metodológico (GUIMARÃES, 2013) são de suma importância.

Ademais, a Psicologia Fenomenológica, sobre tudo a proposta por Husserl, se mantém enquanto postura não *apriorística*, então não seriam requeridas qualidades do at que não tivessem ligação com: 1- a realização das atividades e do acompanhamento proposto, o que envolve conhecimento clínico e possibilidade física e emocional de dar o suporte necessário; e 2- a disponibilidade para o encontro e o estabelecimento de vínculo com o outro, sem perder o caráter profissional e contratual, conforme o apresentado nos diálogos ocorridos neste subtópico

(PALOMBINI, 2006; ALES BELLO, 2000; MERLEAU-PONTY, 2004).

Portanto, concepções, como as apresentadas por Londero e Pacheco (2006), que dizem respeito a faixa etária e gênero não poderiam configurar-se enquanto critérios prévios para a atuação dos ats, em especial, devido ao seu caráter generalizante e *apriorístico*, que supõe uma diferença no modo e na qualidade do atendimento. Esclarece-se aqui que, para a fenomenologia, podem até ocorrer diferenças qualitativas entre o atendimento de pessoas de diferentes gêneros e faixa etária, não é impossível que ocorra, em especial quanto ao processo de vinculação e inserção nos locais de vivência do acompanhado, como os autores supracitados pressupõe, porém, estas diferenças só serão discutidas após sua evidenciação a *posteriore*, e não como critério prévio.

Finalmente, respondendo a última pergunta suscitada nesse subtópico: Se o animal é um outro, ele pode ser enquanto acompanhante? Logo, temos que o animal pode ser evidenciado no mundo-da-vida da pessoa em atendimento como outro, sendo possível uma relação empática e um vínculo dentre ambos (BORBA, 2015; BASTOS; BORBA, 2018).

Acresce-se que, se é possível uma relação empática, significa dizer, visto que o animal reconhece ao homem em uma relação recíproca (ALES BELLO, 2000; DERRIDA, 2002) e, portanto, pode acompanhar e, inclusive, serve de companhia e além disso, sua presentificação no exercício de certas atividades tem efeito terapêutico (FUCHS, 1987; DOTTI, 2014). Ademais, se definíssemos o AT como uma prática na qual um outro, na situação de acompanhante, é um elemento basilar de uma terapêutica, demarcada pela inserção e intervenções desse outro no mundo-da-vida do acompanhado, durante o momento da vivência (ANTUNÉZ, 2011), muitas das práticas de TAA, descritas por Bastos e Borba (2018) se enquadrariam nesse conceito; porém, conforme já foi exposto, é preciso considerar os modos de atuação do acompanhante, suas práticas e sua intenção terapêutica no seu fazer.

De modo que, por mais que o animal possa, ainda, realizar algumas das funções do at já supracitadas, como: promover que o atendido desenvolva o auto-cuidado; fornecer suporte afetivo; e desenvolver atividades que dizem respeito a relação do atendido com o seu entorno e o social. Tais efeitos já foram expostos na literatura (DOTTI, 2014; BASTOS; BORBA, 2018). Porém, ele não pode realizar todas as atividades esperadas no acompanhamento, em especial por falta da possibilidade comunicativa dos animais na linguagem humana, já que o at deve reportar-se ao psicoterapeuta, e pelas possibilidades de desenvolvimento de atividades, além da impossibilidade do animal em comparecer a alguns eventos e lugares, como festas *raves*, até em virtude de sua própria segurança.

Além disso, como o animal não tem conhecimentos clínicos necessários para compor o

AT enquanto uma prática profissional, e mesmo que o animal tenha uma relação de cuidado, conforme narram Nascimento et al (2006), o animal, no seu cuidar, não intenciona os objetivos terapêuticos elegidos no processo, até pela impossibilidade de os animais tomarem conhecimento disso do mesmo modo que os humanos.

Entretanto, isso não impossibilita algumas articulações que serão apresentadas nos resultados, tendo o animal ocupando um lugar de apoio, cuidado e companhia, tal qual os cães guias já realizam (CARMO, 2013), mas no âmbito da saúde mental. Portanto, seria interessante um novo modelo de diferenciação, de como que ao tratar-se dos animais nessa relação.

Tal perspectiva, contudo, necessitaria de mais estudos; sugiro, então, a distinção entre acompanhante e companheiro no realizar dessas atividades. Em especial, tal nomenclatura é sugerida devida à relação mais íntima entre a pessoa atendida e o animal companheiro, visto que o animal não possui possibilidade de reporte do que for vivenciado.

7.3 A Questão da Terapêutica

Assim, este subtópico objetiva apresentar a noção de terapêutica dentro do referencial fenomenológico, não só mantendo a coerência nos postulados husserlianos quanto aos métodos, como também, debruçando-nos pelo que foi desenvolvido e apresentado pelos terapeutas de referencial husserliano escolhidos: K. Jaspers (1913/1979) e L. Binswanger (2001).

O conceito de terapêutica, aqui, faz-se importante, pois, como supracitado, a TAA e o AT são práticas clínicas, diferentes da noção de psicoterapia clássica consagrada no consultório e enquanto um fazer bipessoal (PIMENTEL, 2012), mas que apresentam propostas terapêuticas (DOTTI, 2014; AYUBE, 1996). Desse modo, como o intento dessa monografia é propiciar um diálogo dentre essas duas práticas dentro de um referencial clínico husserliano, é imprescindível que a proposta terapêutica, elemento essencial dos dois fenômenos estudados, seja clarificada.

Assim, de maneira oportuna, resta-nos responder apenas três perguntas para que possamos dissertar e sistematizar os resultados inferidos nesta pesquisa. Portanto, deve-se apresentar o que é a terapêutica para a fenomenologia? Como a fenomenologia sustenta uma prática terapêutica? E como a terapêutica apresentada para o viés fenomenológico pode servir de fundamento para um diálogo entre o AT e as TAAs?

De toda sorte, a primeira e a segunda questão já foram bem trabalhadas pelos fenomenólogos escolhidos, de modo que Binswanger (2001), dispõe-se a responder a primeira pergunta de maneira a já nos oferecer pistas acerca da pergunta subsequente. Afinal, o psiquiatra em questão nos apresenta a terapêutica como um serviço prestado com fim de que um “outro organismo, animal ou planta tire proveito disso” (p. 144), seria então um serviço de “cuidado ou intervenções benévolas junto a um objeto de cuidados” (p. 144).

De imediato já se clarifica que a terapêutica é uma prática direcionada aos seres vivos, de maneira exclusiva. E mais, apresenta-se também que é uma atividade de um ser para outro, de modo bem pontual, Binswanger (2001, p. 144) situa-nos que: “[...] objetivos relativos ao conhecimento e resultados da psiquiatria clínica, referindo-se a uma certa esfera do ser. A esfera em questão é a do ser em uma intersubjetividade, em uma relação justa com o semelhante [...]”.

Contudo, esta primeira noção de terapêutica ainda esta incompleta, afinal, nos diz sobre a missão de um procedimento terapêutico, contudo, a terapêutica pode ser diversa, não sendo a Psicologia a única profissão a entregar-se ao chamado de cuidar de um outro. Resta-nos a questão levantada, então: do que cuida a Psicologia clínica? Deve-se dizer, situa-se em um cuidar de aspectos referentes à existência do outro, enquanto uma situação desse outro com suas relações.

Desse modo, o que o caso clínico narrado e o texto de Binswanger (Ibdem) nos apresentam é que, não se deve ter um descaso com o somático, com os sintomas que tanto infligem dores aos adoecidos. Porém, a somatização é a manifestação no corpo de uma existência adoecida, e para cuidarmos desse corpo vivido, que se posiciona e adocece mediante às relações da consciência com o mundo, é preciso que cuidemos desse outro que se relaciona, para trabalhar em cima dessas relações vivenciadas.

Ademais, se assumirmos, conforme Binswanger (Ibdem) nos aponta, que a terapêutica da clínica intenciona à existência, resta-nos saber a quê se presta a terapêutica e o que pretende esse cuidado direcionado à pessoa em atendimento. Para tal, é oportuno situar primeiro a coerência de Dalgallarrondo (2008, p. 33-34) que observa:

Alguns autores de orientação fenomenológica e existencial propõem conceituar a doença mental como perda da liberdade existencial (p. ex., Henri Ey). Dessa forma, a saúde mental se vincularia às possibilidades de transitar com graus distintos de liberdade sobre o mundo e sobre o próprio destino. A doença mental é constrangimento do ser, é fechamento, fossilização das possibilidades existenciais. Dentro desse espírito, o psiquiatra gaúcho Cyro Martins (1981) afirmava que a saúde mental poderia ser vista, até certo ponto, como a possibilidade de dispor de “senso de realidade, senso de humor e de um sentido poético perante a vida”, atributos estes que permitiriam ao indivíduo “relativizar” os sofrimentos e as limitações inerentes à condição humana e, assim, desfrutar do resquício de liberdade e prazer que a existência oferece.

Desse modo, pensar em uma cura ou em um cuidado na clínica fenomenológica diz respeito, menos à noção de saúde biológica ou somática, e mais à perspectiva de permitir que a pessoa atendida possa se implicar e se posicionar frente às questões existenciais. Destarte, quando se situa que a existência é o enfoque do cuidado da clínica fenomenológica, implica dizer que o clínico, conforme narra K. Jaspers (1913/1979), recebe e cuida de um ser humano inteiro, completo. Contudo, o fazer do clínico deve fazer uso de modos de compreensão que lhe

permitam comunicar e descrever os aspectos da existência, enquanto conjuntos de vivências da consciência, um fluxo de vividos, que se manifestam contrários à perda das possibilidades da existência.

Assim, Jaspers (1913/1979), nos discorre sobre a importância de um conhecimento psicopatológico, que pautado no método fenomenológico husserliano, no tangente ao seu caráter descritivo. Porém, nos afirma de maneira clara sobre os seus limites, posicionando a psicopatologia como uma ciência descritiva e normativa que jamais deverá pautar-se na tarefa impossível de esgotar o humano, ou de engessá-lo em um modo de existência.

Portanto, a terapêutica para a fenomenologia diz respeito a um cuidado em preservar essa condição de abertura para as possibilidades no outro, enquanto um fazer profissional que se caracteriza por uma intervenção benéfica unilateral, do terapeuta para a pessoa em atendimento. Também nos introduz a concepção de que a esfera dos adoecimentos e da terapêutica, para a fenomenologia, está intimamente vinculada à questão do mundo e das vicências da pessoa atendida (BINSWANGER, 2001).

Em suma, pode-se apresentar a seguinte fala de uma psicóloga de orientação fenomenológica, participante de uma pesquisa realizada por Barreto (2006, p. 45): “a proposta clínica é de garimpar possibilidades’ ‘o ato clínico como um cuidado... e... dependendo da situação... é usar a linguagem... para abrir novas possibilidades...’”, como uma boa síntese dos objetivos terapêuticos da abordagem fenomenológica.

Dito isto, podemos buscar a resposta da segunda questão e buscar compreender como a terapêutica ocorre dentro da clínica fenomenológica. Com isso, é preciso retomar mais uma vez que a clínica, conforme já explicitado por Pimentel (2012), não é uma atividade única e não corresponde apenas à psicoterapia, mas também às outras modalidades, dentre as quais pode-se citar terapia de grupo, aconselhamento psicológico, dentre outros exemplos. Portanto, o que se intenta não é apresentar modelos interventivos, e nem listar as diversas formas de intervenção, dentre as quais Binswanger (2001) já nos apresenta algumas, mas sim os princípios interventivos da clínica fenomenológica, que permitem o fazer do clínico e o alcance da terapêutica enquanto busca da abertura para o mundo e suas possibilidades.

Assim, o primeiro ponto necessário para a intervenção é a presentificação do outro, dada em primeira instância pelo conceito husserliano de *Lieb*, apresentado e traduzido em Owen (2006) e por Binswanger (2001), como corpo vivido. Em outras palavras, a primeira instância que possibilita a terapêutica é a presença de um outro, conforme nos apresenta Binswanger (Ibidem), que intenciona um fazer benévolo acerca de um outro, também presentificado enquanto corpo. Ou seja, a primeira instância a permitir um fazer terapêutico da clínica é que o

processo terapêutico necessariamente é um fazer de um terapeuta, o profissional, sobre o outro, ao qual se dirige o cuidado. Portanto, é um ato de cuidar que se dirige a um outro, que é cuidado.

Desse modo, vários fenomenólogos já posicionam a questão da presença do outro no mundo-da-vida enquanto um fator de suma importância para a existência humana (JASPERS, 1913/1979; ALES BELLO, 2000; BINSWANGER, 2001; MERLEAU-PONTY, 2004; HUSSERL, 2008a; HUSSERL, 2008b; HUSSERL, 2018), em especial, ao tratarmos da posição do homem no mundo como uma condição primordial no trabalho clínico. Assim, é preciso apresentar duas proposições sobre a clínica fenomenológica, tanto no que se caracteriza uma relação terapêutica, quanto ao fazer terapêutico com o outro.

A relação terapêutica, compreendida enquanto o vínculo que se sustenta durante o processo é responsável pela possibilidade de intervenções que possuam um caráter terapêutico, em especial pela relação de confiança que a pessoa em atendimento tem para com o clínico (BINSWANGER, 2001). De todo modo, essa relação só é possível porque, conforme a já explicada tese de E. Stein (ALES BELLO, 2000), ambos se reconhecem e se compreendem em suas presentificações corpóreas enquanto outro, o que possibilita o encontro e a vinculação, conforme já dito no subtópico passado.

Além da relação terapêutica, que se apresenta enquanto um alicerce que possibilite a terapêutica de certas intervenções, a postura do clínico de orientação fenomenológica acerca da pessoa atendida deve-se pautar sobre uma vinculação compreensiva. De modo que, para isso, o método fenomenológico serve à Psicologia, dentre tantas maneiras, enquanto uma via de acesso às vivências do outro (GOTO, 2008).

Logo, se a última etapa da redução fenomenológica, isto é, a redução transcendental, é constatar o sentido do fenômeno intencionado, tal qual ele se apresenta na consciência transcendental (GUIMARÃES, 2013), deve ser um dever do terapeuta buscar a sentido originário da vivência a qual a pessoa atendida se dirige em seu relato. Desse modo, encontramos um correlato interessante.

É sabido que a clínica, enquanto um conjunto de etapas de um processo terapêutico, tem dentre suas etapas a avaliação psicológica, que consiste enquanto uma etapa que irá direcionar as intervenções (MELO, 2014; WERLANG; ARGIMON; SÁ, 2015). Não seria exagero então situar um modo peculiar de análise, investigação e avaliação na clínica fenomenológica, a partir do seu método, enquanto um modo avaliativo, uma vez que Jaspers (1913/1979), apresenta e utiliza o método fenomenológico, em seu caráter descritivo para identificar psicopatologias.

Contudo, não se pode negar que o método também possui caráter interventivo, seguindo o apresentado por Gomes e Castro (2010), ao sugerirem um caminho fenomenológico da

pesquisa à clínica, temos, marcando transição do método, da pesquisa para a clínica:

[...] o termo clínica fenomenológica será utilizado para caracterizar uma terceira via de compreensão e atendimento psicoterápico que se tornou conhecido por fenomenologia-existencial[...]. Nessa via, tem-se a conjunção de uma filosofia e de um método para o estudo da relação entre experiência e consciência, entendida como fluxo de vivências pré-reflexivas (p. 82).

E que completam:

As vivências procedem de um olhar interno que não colocam em dúvida a concretude da externalidade. O problema é que a relação se prejudica por perder de vista o sujeito, dada a interferências da agitação cotidiana, do artificialismo das tecnicidades e dos olhares insidiosos para os objetos. Essa foi a leitura que filósofos e psiquiatras nos ofereceram do mundo em que viviam na primeira metade do século XX, incluindo a contingência ao sofrimento encarnado na forma da angústia e da doença mental. Uma decorrência foi o incremento do cuidado consigo mesmo, representado pelo interesse na análise da relação entre consciência e experiência, sendo a relação reinterpretada como existência (GOMES; CASTRO, 2010, p. 82).

De modo que clarificam como o método fenomenológico pode ter um efeito interventivo, visto que permite ao sujeito em questão, um novo modo de relacionar-se com o mundo, fora das descritas relações permeadas pela agitação cotidiana e dos artificialismos das tecnicidades. Não se trata de ensinar o método fenomenológico para as pessoas em atendimento, mas de utilizar o método como uma forma de diálogo crítico que permita à pessoa atendida a repensar suas posturas, seus modos de se relacionar com o mundo, livre de hipostasias, de novo abertas às diversas possibilidades, no mundo (FEIJOO, 2011).

Afinal, se ao compreender o humano por meio do método fenomenológico, o vemos de um modo não *apriorístico*, descartando determinações psíquicas, e evidenciando a relação inseparável entre homem e mundo, sem precisar fazer valer pelas dicotomias interno-externo, universal-singular (Ibdem), o método fenomenológico subsidia as intervenções na clínica fenomenológica, por trazer uma noção de homem específica.

Assim, já apresentada a importância do outro, clínico, e do método fenomenológico para uma intervenção clínica, resta-nos situar e aprofundar nossa compreensão sobre o conceito de mundo-da-vida como último princípio, aqui apresentado, enquanto fundamento para uma terapêutica fenomenológica, que intencione a abertura do horizonte de possibilidades da pessoa em atendimento, por meio de suas relações com esse mundo.

Destarte, é oportuno situar em que consiste o conceito de mundo-da-vida, para que o relacionemos com o conceito de vivência. Logo, pode-se conceituar mundo-da-vida como, conforme apresentado por Silva (2017), fundamento de todo conhecimento, onde os fenômenos se dispõem à consciência que os intua e estejam dispostos em uma horizontalidade de sentidos possíveis.

Sendo, justamente, a crítica husserliana direcionada a como a ciência naturalística tem

possibilitado o encobrimento dessa horizontalidade de sentido dos objetos dispostos à intencionalidade da consciência. Desse modo, não só a ciência naturalística, mas qualquer *apriori*, que determine de maneira prévia o sentido do fenômeno, privando-o desse horizonte de possibilidades encerra a proposta husserliana de contato com as coisas mesmas (Ibdem).

Portanto, complementa-se a apresentação do conceito com a exposição de Zilles (2007), que apresenta o mundo-da-vida como um conceito amplo, no qual ocorrem as vivências. Assim, o autor complementa, narrando que o mundo-da-vida deve ser compreendido com camadas, que vão desde a disposição dos objetos, até as configurações sociais e culturais já estabelecidas de maneira prévia à própria consciência que as intenciona.

Não obstante, tem-se o mundo e o homem, com essa consciência intencional, são inseparáveis (HUSSERL, 2006), como também são os sentidos atribuídos aos fenômenos que norteiam a existência desse homem e suas possibilidades. Para compreendermos tal ponto, é oportuno situarmos a observação de Dreyfus e Wrathall (2012, p. 97), que posiciona o mundo-da-vida como conceito chave aliado às noções epistemológicas da fenomenologia, já que é no mundo-da-vida que estão as evidências, e que está intrinsecamente ligada ao seu método:

O conceito que permitiu sua transposição foi, evidentemente, a intencionalidade, derivada em parte de Franz Brentano, o que significava que a consciência não era fechada em si mesma nem solipsista, mas era sempre conduzida – ou direcionada – ao mundo dos objetos que lhe apareciam. Todo *cogito* continha um *cogitatum* igualmente imediato e forçoso. A intencionalidade significava a tendência da consciência subjetiva a empenhar-se na direção de um objeto como sua meta teleológica, o objeto fornecido ao sujeito seu foco último. No léxico de Husserl, o conteúdo intencional ou “noema” se manifesta na multiplicidade “noética” das percepções de sua existência aparentemente objetiva.

Portanto, se tomarmos o método fenomenológico como um meio de acesso às vivências em seus sentidos originários, tomamo-os também como uma via de acesso aos fenômenos presentes no mundo-da-vida intuído por aquela consciência, enquanto fluxo de vividos, que é o eu puro para a fenomenologia husserliana (SILVA, 2017), é também a gênese dos fenômenos psicopatológicos, tanto os que pela fenomenologia se trabalha enquanto um modelo descritivo, a seguir o exemplo de Jaspers (1913/1979), quanto os trabalhados no exercício da clínica (BINSWANGER, 2001).

Uma vez trabalhados e desenvolvidos esses três conceitos e noções para um desenvolvimento terapêutico dentro da clínica fenomenológica; sendo eles o outro, o método e o mundo-da-vida; é importante situar que: 1- a fenomenologia e a psicopatologia fenomenológica são extensas e profundas, de modo que tais conceitos surgiram afim de proporcionar respostas para as questões levantadas no diálogo dentre os fenômenos, de modo que alguns conceitos de suma importância como a compreensão da temporalidade (OWEN,

2006), não foram devidamente contemplados; portanto não se constitui um tratado completo, mas sim, uma articulação de alguns conceitos para o atendimento de um fim; e 2- resta-nos algumas considerações do fazer terapêutico de Binswanger (2001) para que possamos partir para a retomada de alguns pontos importantes desta discussão.

Assim, Binswanger (2001) vem a apresentar que a terapêutica dentro da clínica, e o que a torna possível, repousa sobre “[...] um traço fundamental da estrutura do ser-homem como ser no mundo [...] o ser com e para um próximo” (p. 145-146). De modo que o terapeuta, ao atuar, pode apenas “isolar, concentrar e dirigir as ‘forças’ que reinam no cosmos do ser como próximo, do ser humano com e para um próximo” (p. 144).

Ademais, Pinheiro (2005, p. 285) complementa:

Binswanger (2001) define o objetivo maior da psicoterapia como o de “liberar o ser do isolamento cego do idios cosmos de tal maneira que ele possa ser capaz de participar do koinos cosmos da comunidade” (p.153) Ou seja, trata-se de ampliar a simples vida em seu corpo, seus sonhos, suas inclinações privadas, seu orgulho e aspirações individuais, para elevá-lo e liberá-lo para que possa participar do koinos cosmos, o que consistiria na vida autêntica ou da comunidade. Portanto, para Binswanger, a questão fundamental da psicopatologia é a do Ser e das relações do fenômeno psicopatológico com a existência daquele que o padece.

É oportuno também situar a concepção biográfica e comunicativa da clínica de Binswanger, em especial em seu momento mais tardio, próximo do referencial husserliano no que Feijoo (2011), denomina de antropologia fenomenológica. Tal processo se caracteriza pela “reconstituição das experiências vividas, bem como a reconstrução da história interior da vida; reconstrução essa que consiste em um trabalho criador para os dois, analista e analisando [...]” (p. 69). De modo que Binswanger (2001) apresenta que “um certo método terapêutico, fundamental no sentido da exploração sistemática da biografia exterior e da história interior de vida” (p. 151), juntamente com o que ele chama de “intervenção socialmente psicoterapêutica” (p. 151), são modos de causar alterações nas relações que a pessoa em atendimento estabelece com o mundo e com os outros nesse mundo. Assim, “essa comunicação na existência e ação dirigida para um objetivo de liberação” (p. 146) também se encontra listada enquanto um modo de fazer terapêutico.

7.4 Considerações Complementares e Síntese

Finalmente, é preciso que se alinhe as interlocuções realizadas com o pensamento husserliano, não só a conferir uma base comum que permita o diálogo entre tantos autores da fenomenologia, como para clarificar o que permitiu que tais interlocuções fossem tão frutíferas. Ademais, é preciso situar de maneira mais clara as relações prévias entre os três fenômenos: TAA, AT e PF, a título de prolegômenos para os resultados desta pesquisa.

Dito isto, retornamos ao primeiro subtópico e a interlocução entre Merleau-Ponty

(2004); Edith Stein, apresentada na obra de Ales Bello (2000) e Max Scheler (2008), que nos permitiu articular a essência de animalidade, alcançada por meio das reduções fenomenológicas, com as relações e vínculos entre seres humanos e demais animais.

Acerca da essência da animalidade, devemos posicionar o desenvolvimento que cada um desses fenomenólogos ofereceu ao pensamento husserliano, no que tange à uma gênese comum, e não às quebras e descontinuidades. Assim, pudemos situar um diálogo interessante entre os desdobramentos de Merleau-Ponty (2004), com um desenvolvimento fenomenológico sobre o corpo e sobre a percepção, que corroboram com desenvolvimentos de E. Stein (ALES BELLO, 2000) sobre a quietude do outro.

Dessa forma, temos a corporeidade enquanto fenômeno basilar que permite uma interlocução adequada, na medida em que o outro, percebido, por ser também dotado de corpo, abre uma possibilidade para a vinculação empática. Essa articulação, em Husserl, está atrelada ao conceito de *Leib*, traduzido como corpo vivido (OWEN, 2006), ou corpo com uma interioridade subjetiva (DREYFUS; WRATHALL, 2012).

O corpo com uma interioridade subjetiva, conforme nos narra Owen (2006), é uma instância pré-linguística, pré-reflexiva e prá-predicativa. Desse modo, é uma corporeidade dotada de subjetividade que se faz perceber no nível não verbal da comunicação, e se faz perceber enquanto outro, assim como eu. Ou seja, semelhante.

Logo, se verificarmos a essência de animalidade encontrada nesse estudo, endossada por Merleau-Ponty (2014) e cujos desenvolvimentos de E. Stein (ALES BELLO, 2000) ajudam a sustentar, consideraremos a essência da animalidade como um corpo perceptivo, situado no mundo, que representa uma forma específica de percepção de toda uma espécie, e que, dotados de tecidos nervosos, reconhece um outro, como ele.

Destarte, um animal reconhece o outro, como já foi sinalizado previamente, da mesma forma como já foi evidenciado que o animal possui uma vida interna, posicionado no mundo em condição de morte e vida análoga à nossa. Portanto, a evidência apodíctica do reconhecimento animal, não só a um nível cognitivo, mas a um nível afetivo e empático, situa todos os animais como possuidores de um corpo vivido (*Leib*).

Assim, percebe-se um encontro entre os desenvolvimentos de Merleau-Ponty (2004) e de E. Stein (ALES BELLO, 2000) com os de Husserl, apresentados por Owen (2006). E mais, apresentam-se coerentes e evidenciados na literatura pelos casos clínicos narrados por Bastos e Borba (2018), no qual há o compadecimento com a dor e o sofrimento animal enquanto vivência empática que, no contato, gerou o vínculo terapêutico. Enquanto os desenvolvimentos de Scheler acerca da especificidade humana, conserva a noção husserliana apresentada por Feijoo

(2011), de um homem não determinado *a priori*.

Ademais, a noção do outro enquanto um elemento sempre presente nas modalidades terapêuticas discutidas se demonstrou presente, suscitando dois aspectos do pensamento Husserliano: a noção de intersubjetividade (HUSSERL, 2018) e de mundo-da-vida (HUSSERL, 2006) enquanto aspectos fundamentais da existência.

De modo que, ambas noções husserlianas: tanto a de outro, quanto a de mundo-da-vida (HUSSERL, 2018; HUSSERL, 2006); acompanhados da interlocução de Merleau-Ponty (2004) e E. Stein (ALES BELLO, 2000), frutos das pesquisas nas bibliotecas de São Luís – MA; transversalizaram todos os três fenômenos inicialmente intencionados: AT, TAA e PF, servindo de base para os resultados a serem apresentados.

Ademais, vale situar que a concepção de mundo-da-vida se evidenciou nesses diálogos entre AT, TAA e PF como um panorama comum, e que traz consigo, como consequência, uma das maiores preocupações husserlianas, a noção de uma intersubjetividade (HUSSERL, 2018), que se demonstra enquanto essencial em todas as modalidades terapêuticas apresentadas e acarreta na existência de outros, ou enquanto cuidadores, ou enquanto cuidados.

Finalmente, um adendo final para rememorar o alinhamento teórico, metodológico e conceitual entre dois psiquiatras que subsidiaram o terceiro subtópico, Binswanger e Jaspers, com o pai da fenomenologia, Edmund Husserl (FEIJOO, 2011; SILVA, 2017).

8 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atender ao objetivo geral desta monografia, que consistiu em: analisar na literatura evidências acerca dos limites e possibilidades de uma prática integrada entre Terapias Assistidas por Animais (TAA) e Acompanhamento Terapêutico (AT), subsidiado no conceito de mundo-da-vida, presente na Psicologia Fenomenológica de Edmund Husserl; pode-se conceber o seguinte resultado encontrado.

Com base na discussão e na evidenciação permitida pelo método fenomenológico, clarificou-se que o fenômeno da TAA e do AT possuem alguns aspectos semelhantes em suas estruturas essenciais, que podem possibilitar uma prática integrada. A saber, ambas as práticas, sob um viés fenomenológico, permitem uma possibilidade terapêutica ao permitir o acesso à aspectos do mundo-da-vida da pessoa atendida. Tal fenômeno se manifesta no AT (ANTÚNEZ et al, 2011) e na TAA (BORBA, 2015).

Ademais, também permitem que as relações do mundo-da-vida das pessoas atendidas sejam alteradas, baseado na vinculação com um outro envolvido no processo terapêutico. No caso da TAA, tal possibilidade se desperta com o outro animal (BASTOS; BORBA, 2018); e no caso do AT, tais reconfigurações ocorrem graças à presença de um acompanhante (ANTÚNEZ et al, 2011). Acresce-se a isso o elemento comum da disponibilidade da pessoa atendida para que se ocorra o processo terapêutico em ambos os casos.

Contudo, apesar da possibilidade de um animal não-humano servir de acompanhante já ter sido descartada na discussão deste trabalho, pelo animal não possuir todas as qualidades e competências necessárias para ocupar o lugar de acompanhante terapêutico, outras possibilidades de integração clarificam-se de maneira tímida nesse estudo preliminar.

De antemão, é oportuno situar mais uma característica em comum sobre o TAA e o AT, ambos são modos de um fazer clínico que, em vários momentos, complementa um fazer psicoterápico. Tal se aplica ao AT, que se caracteriza enquanto um fazer complementar (VELOZO; SERPA JÚNIOR, 2006); e no caso das TAAs, que conta com casos clínicos descritos na literatura como complementares à psicoterapia (DOTTA, 2014; BORBA; 2015).

Assim, uma primeira possibilidade de interface é que ambas propostas sejam feitas de maneira intercalada, na medida em que uma se torna inviável ou ineficaz. Essa proposta é interessante, pois ambas práticas, tanto o AT quanto as TAAs, têm mostrados alguns efeitos terapêuticos comuns. Dentre eles, pode-se citar a melhora na socialização, fornecer suporte afetivo e desenvolver noções de auto-cuidado (LONDERO; PACHECO, 2006; PALOMBINI, 2006; DOTTI, 2014; BORBA, 2015; BASTOS; BORBA, 2018).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, as atividades podem ocorrer de maneira simultânea, na expectativa de melhorar o conforto ou a desenvoltura da pessoa atendida durante uma atividade. Nesse caso, resguarda-se a natureza do local e da atividade enquanto fator limitante para a prática de TAA, pela segurança do animal e das pessoas (DOTTI, 2014).

Esta última proposta de interface e diálogo dentre as práticas convida também a pensarmos algumas possibilidades, inclusive no que diz respeito à natureza da relação entre a pessoa atendida e o animal. Afinal, se a proposta do AT é realizar atividades da vida cotidiana, parece coerente utilizar um animal doméstico, cujo o tutor seja a pessoa atendida para realizar essas atividades. Ademais, o animal também convida a pessoa atendida a direcionar-se às relações do mundo-da-vida (BASTOS; BORBA, 2018).

Uma outra possibilidade de diálogo seria possível de ser pensada com a entrada dos dois modelos de atendimento no Sistema Único de Saúde. O AT surgiu alinhado com essa proposta, e até hoje é pensado dentro dos mesmos princípios que o Sistema Único de Saúde (SILVA; SILVA, 2006); enquanto a TAA luta em projetos de leis para ser incluída no Sistema Único de Saúde (TEIXEIRA, 2015).

Assim, podemos, ao responder o primeiro objetivo específico: Compreender os modos e descrever as estruturas essenciais do Acompanhamento Terapêutico (AT) e da Terapia Assistida por Animais (TAA) conforme descritos na literatura; podemos descrever uma estrutura básica e comum, que diz respeito ao seu aspecto de prática clínica.

Desse modo, ambas as práticas consistem em intervenções, mediadas por um outro, em um caso um animal e em outro, um acompanhante, que possui como sustentação para a prática terapêutica, um vínculo. Em ambas existe um profissional da saúde envolvido. E uma vez situadas dentro do horizonte da fenomenologia, ambas as práticas visam uma terapêutica sustentada em uma abertura de possibilidades da pessoa atendida, para que ela possa ser livre no que tange às suas relações no mundo-da-vida.

Acerca do quarto objetivo específico, que é: Sistematizar a literatura, bem como as características e especificidades do Acompanhamento Terapêutico (AT) e da Terapia Assistida por Animais (TAA) que recomendem, contraindiquem, possibilitem, limitem ou impeçam uma prática integrada. Acerca dos limites de uma prática integrada, podemos propor uma lista de três possibilidades de limites, em especial: limitações práticas, de ordem da executabilidade da atividade; de ordens de seguridade, que diz respeito à segurança da equipe, incluindo animais humanos e não humanos; e da disponibilidade, que diz respeito à possibilidade da pessoa atendida vincular-se com esse outro, animal ou acompanhante.

A literatura não traz muitas informações acerca das limitações do AT, sendo as poucas

relatadas, ou desatualizadas, como a limitação prática do início do AT de realizar acompanhamentos de 24 horas (SANTOS; MOTTA; DUTRA, 2005); ou ainda, o implícito risco de ferir-se realizando contenções que alguns modelos de AT devem fazer, narrados na literatura apenas como a necessidade de vigor físico para contenções, enquadrando-se em uma questão de seguridade (LONDERO; PACHECO, 2006).

No que tange às TAAs, as situações são mais relatadas (DOTTI, 2014), em especial nos termos de seguridade, visto a preocupação com o animal, no que diz respeito ao estresse pela carga de trabalho, e em atendimentos infecto-contagiosos como hospitalares, que além de ser uma questão de seguridade, é também um desafio à praticidade.

Contudo, como o objetivo desta pesquisa não foi constituir um protocolo, e nem outro resultado técnico, deve caber à sensibilidade e à mestria do profissional em avaliar nos diversos contextos e situações, quais são os riscos e o que é prático e seguro de ser realizado. Para tal, ele deve valer-se de sua expertise e conhecimentos sobre os protocolos, avaliação e seleção do animal e de seus treinamentos prévios.

Entretanto, uma questão de avaliação que deve ter primazia, e que nenhum protocolo ou instrução técnica pode ofertar é estar sensível à história da pessoa atendida e sua disponibilidade ou não de prestar-se à um vínculo, seja com o animal, seja com o acompanhante.

Ademais, retomando a crítica feita à Pitiá e Santos (2006), são os objetivos terapêuticos, e como, nas palavras de Binswanger (2001, p. 146), vão conduzir a “ação dirigida para um objeto de libertação”, ou seja, que vão definir o processo terapêutico. Sem que se especifique um ou outro público, selecionado pelo seu transtorno, para esse tipo de atendimento.

Afinal, a literatura analisada aponta que a delimitação a uma certa psicopatologia sempre se flexibiliza, pois, os efeitos terapêuticos acabam sendo percebidos para um público diverso. É a conclusão que se chega ao compararmos o antigo público apresentado por Pitiá e Santos (2006), que indo contra a concepção de Jaspers (1913/1979), limitou-se ao diagnóstico; quando comparado com o público indicado para o AT por Londero e Pacheco (2006). Assim, a indicação deve partir da proposta terapêutica, e não de alguma concepção nossográfica.

Acerca da potencialidade de tais práticas em proporcionar o resultado terapêutico, atende-se ao objetivo específico três, na medida em que o conceito de mundo-da-vida se evidencia de suma importância, não só no horizonte epistemológico (SILVA, 2017), mas também enquanto conceito que permite que a terapêutica ocorra, pois é nele que as relações adoecidas e a gênese psicopatológica; da mesma forma que é neste conceito que se encontra a vida e o direcionamento de um ser-humano consciente de si e do mundo (BINSWANGER, 2001).

E sobre o último objetivo específico, que tangencia a relação do homem com os demais animais, encontra sua resposta na medida em que se evidencia possível uma possibilidade de relação empática, do animal compreendido enquanto outro. Uma evidência apodítica, não encontrada na literatura pesquisada, mas presente no mundo-da-vida, é o comportamento curioso do humano de alimentar cães de rua, sem tutores, por os considerarem magros ou famintos. E em termos de uma evidência da literatura, rememoremos o caso já contado de um episódio que levou um paciente esquizofrênico, com um alto nível de desorganização, a organizar-se suficiente para, mobilizado pela dor de seu cão, pedir dinheiro, ir à farmácia, comprar o necessário, fazer o curativo no cachorro e devolver o troco (MELLO, 2014).

Assim, verifica-se que o AT e a TAA possuem possibilidades a serem mais investigadas, e que individualmente ainda são duas práticas que necessitam de mais estudos e desenvolvimentos, apesar do grande avanço já conseguido nas últimas décadas. Tal necessidade se evidencia pelo demonstrado por Pimentel (2012) que aponta para as atuais dificuldades da Psicologia clínica, que carece de novos modos de atender às demandas, cada vez mais novas e crescentes.

De todo modo, também conseguiu-se elucidar possibilidades dessas práticas situadas dentro do referencial teórico da fenomenologia husserliana, baseada nos escritos clínicos de pioneiros nesse campo. Clarificando-se assim modos e fazeres dessa clínica na sua proposta terapêutica. Ademais, também se delimitou elementos das estruturas essenciais dos dois fenômenos, de forma a descrevê-los com o rigor fenomenológico, tal qual se manifestaram na literatura.

Destarte, também foram evidenciadas questões cuja importância é de primeira ordem para a fenomenologia. Estas questões que suscitam alegações acerca do que é o humano, a animalidade, as condições para a cultura, as condições para o vínculo e para o encontro levaram a um caminhar, de modo que as articulações surgiram e deram apontamentos para a direção apresentada.

Contudo, as discussões acerca desses temas e do próprio método fenomenológico ainda não se encontram encerradas, e muito menos fechadas sobre si mesmas. Mas sim, abertas a novas evidências; ao mundo-da-vida, que é o fundamento primeiro do conhecimento enquanto vivência das estruturas essenciais dos fenômenos; e à própria fenomenologia, que até hoje se apresenta atual e ímpar enquanto metodologia e epistemologia.

9 REFERÊNCIAS

- ALES BELLO, Â. **A fenomenologia do ser humano**. Tradução de Antonio Angonese. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- ALMEIDA, P. H. S.; MOTA, C. M. L. Redes sociais e identidade nacional: a força de um gesto. **Animus**. Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 14, n. 28, 2015.
- ALVES, Hellen Munique. Corpo e linguagem na equoterapia: uma leitura psicanalítica. 2015. 101 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- AMARANTE, P. **Loucos pela vida: uma trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1998.
- ANTUNÉZ, A.E. et al. Acompanhamento terapêutico: contribuições de Minkowski. In: **Acompanhamento Terapêutico: casos clínicos e teorias** – Casapsi Livraria e Editora, São Paulo, 2011.
- AYUB, P. Do amigo qualificado ao acompanhante terapêutico. **Infanto Ver Neuropsiquiatr Inf Adolesc**, v. 4, n. 2, p. 37-40, 1996.
- BARRETO, C. L. B. T. **Ação clínica e os pressupostos fenomenológicos existenciais**. 2006. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BASTOS, F. F.; BORBA, J. M. P. A TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS (TAA) EA PSICOLOGIA: um estudo fenomenológico das diferentes modalidades de vínculos homem-animal na terapêutica. **Revista Ambivalências**, v. 6, n. 11, p. 242-267, 2018.
- BEZERRA, C. G.; DIMENSTEIN, M. Acompanhamento terapêutico na proposta de alta-assistida implementada em hospital psiquiátrico: relato de uma experiência. **Psicologia Clínica**, v. 21, n. 1, p. 15-32, 2009.
- BINSWANGER, L. Sobre a psicoterapia. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 4, n. 1, p. 143-166, 2001.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias uma introdução ao estudo de Psicologia**. 2001.
- BOLOGNINI, C. Z. Relações de contato: a questão da cultura. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 32, 1998.
- BORBA, J. M. P. Saúde na infância, medicalização da existência e as intervenções assistidas com animais: alternativa ou nova tecnificação? In: **DANTAS, Jurema Barros. A infância medicalizada - discursos, práticas e saberes para o enfrentamento da medicalização da vida**. Curitiba: CRV, 2015.
- BORBA, J. M. P. A fenomenologia em Husserl. **Revista do NUFEN**, v. 2, n. 2, p. 90-111, 2010.
- BORIS, G. D. J. B. Sense's versions: a phenomenological-existential tool for the supervision of psychotherapists in training. **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 1, p. 165-180, 2008.

BROWEN, J. **Um Gato de rua Chamado Bob**. Ribeirão Preto, SP: Editora Novo Conceito: 2013.

CAETANO, E. C. S. **As contribuições da TAA – terapia assistida por animais à Psicologia**. 2010. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010.

CARMO, S. A. P. et al. **Cães de assistência em Portugal: cães-guia, cães para surdos e cães de serviço**. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa. Faculdade de Medicina Veterinária, 2013.

CASTRO, T. G.; GOMES, W. Ba. Movimento fenomenológico: controvérsias e perspectivas na pesquisa psicológica. **Psicologia: teoria e pesquisa. Brasília**. Vol. 27, n. 2, p. 233-240. 2011.

CAVALIERI, E. O rigor científico como questão ética em Edmund Husserl. In: Verilda Speridião Kurth e Tadeu dos Santos. (Org.). **IV Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos - Pesquisa Qualitativa: rigor em questão**. 1 ed. Rio Claro: UNESP, 2010, v. 1, p.648 -658.

CHELINI, M. O.; OTTA, E. **Terapia assistida por animais**. Barueri, SP: Manole, 2016.

CORREIA, C. S. L. **A Qualidade de Vida e a Solidão em Idosos Institucionalizados e na Comunidade**. Tese de Doutorado. ISPA-Instituto Universitário, 2012.

COSTA, D. A.; FERREIRA, J. A.; SANTOS, E. J. R. Intervenções assistidas por animais no contexto da doença mental. **Revista Psychologica**, Coimbra, p. 249-292, 2008.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais - 2**. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DANOVARO, R. et al. A primeira metazoa que vive em condições permanentemente anóxicas. **BMC biology**, v. 8, n. 1, p. 30, 2010.

DE ARAÚJO, A.P. U; BOSSOLAN, N. R. S. **Noções de Taxonomia e Classificação Introdução à Zoologia**. 2006.

DE CASTRO, R. C.; DE CASTRO, M. C.; DE CASTRO, J. A comunicação lingüística de uma perspectiva da Fenomenologia de E. Husserl. **Contingentia**, v. 4, n. 1, 2009.

DERRIDA, J. **O animal que logo sou**. Trad. Fábio Landa. São Paulo: Unesp, 2002.

DE SAINT-EXUPÉRY, A. **O pequeno príncipe**. Editora Melhoramentos, 2017.

DOTTI, J. **Terapia e animais**. São Paulo: Livrus, 2014.

DOURADO, I. P. Simmel E A Solidão Tecnológica Nas Grandes Metrôpoles Urbanas—A Geração Medianeiras. **Interfaces: Educação E Sociedade**, n. 2, 2018.

DREYFUS, H. L. WRATHALL, M. A. **Fenomenologia e existencialismo**. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti e Luciana Pudenzi. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FEIJOO, A. M. L. C. **A existência para além do sujeito: a crise da subjetividade moderna e suas repercussões para a possibilidade de uma clínica psicológica com fundamentos fenomenológico-existenciais**. Edições IFEN, 2011.

FIORATI, R. C.; SAEKI, T. O acompanhamento terapêutico na internação hospitalar: inclusão social, resgate de cidadania e respeito à singularidade. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, p. 763-772, 2008.

FREITAS, P. C. B. **Solidão em Idosos: Percepção em função da rede social**. Tese de Doutorado, Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2011.

FONSECA, J. T. Sobre literatura, crianças, adultos e outros bichos. **Boletim de Pesquisa NELIC**, v. 1, n. 1, p. 57-61, 2008.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FUCHS, H. **O animal em casa (Dissertação de Doutorado em Ciências)**. Instituto de Psicologia, USP: São Paulo, 1987.

GALEFFI, D. A.. O que é isto—A Fenomenologia de Husserl. **Ideação**, v. 5, p. 13-36, 2000.

GARNICA, A. V. M.. Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 1, p. 109-122, 1997.

GIORGI, A. Método fenomenológico: alguns tópicos teóricos e práticos. **Educação**, Porto Alegre, Ano XXIV, n°43, p. 133-150, abr. 2001.

GIORGI, B. Reflections on therapeutic practice guided by a Husserlian perspective. **Journal of Phenomenological Psychology**, v. 36, n. 2, p. 141-194, 2005.

GOMES, I. A. **A produção do conhecimento geográfico 3**. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

GOMES, W B; DE CASTRO, T G. **Clínica fenomenológica: do método de pesquisa para a prática psicoterapêutica**. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, n. 25ANOS, p. 81-94, 2010.

GONÇALVES, J; PEIXOTO, M A. Mediação e inclusão social: momentos no desenvolvimento do menino selvagem. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, n. 08, p. 067-071, 2015.

GONÇALVES, F. H. **Nas Fronteiras da Normalidade: Do cotidiano das ruas à criação da colônia de psicopatas Nina Rodrigues**. São Luís: Editora UEMA, 2013.

GOTO, T. A. **Introdução à Psicologia Fenomenológica: a nova Psicologia de Edmundo Husserl**. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. **A (re) constituição da Psicologia Fenomenológica em Edmund Husserl**. Tese de doutorado, GOTO, Tommy Akira et al. PUC, Campinas, 2007.

GUIMARÃES, A. C. Aproximação aos conceitos básicos da fenomenologia. **Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito**: Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2013.

HADDAD JUNIOR, V. Aquatic animals of medical importance in Brazil. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 36, n. 5, p. 591-597, 2003.

HUSSERL, E. **A filosofia como ciência de rigor**. Lisboa: Atlântida, 1965.

_____. **La terre ne se meut pas: [recherches fondamentales sur l'origine phénoménologique de la spatialité de la nature]**. Ed. de Minuit, 1989.

_____. **Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo**. 1994.

_____. **A ideia da fenomenologia**. Tradução Artur Morão. Rio de Janeiro: Edições 70, 2000.

_____. **Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura**. Tradução de Márcio Suzuki. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

_____. **A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia**. Tradutor: Pedro M. S. Alves. Coleção Textos Clássicos de Filosofia: Covilhã, 2008a.

_____. **Renovação seu problema e método**. Tradutor: Pedro M. S. Alves. Coleção Textos Clássicos de Filosofia: Covilhã, 2008b.

_____. A ingenuidade da ciência. **Scientiae Studia**, v. 7, n. 4, p. 659-667, 2009.

_____. **Psicologia fenomenológica: Palestras, semestre de verão de 1925**. Springer Science & Business Media, 2012

_____. **Investigações Lógicas: prolegômenos**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

_____. **Conferências de Paris**. Leya, 2018

INGOLD, T. Humanidade e animalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 10, 1995.

JASPERS, K. **Psicopatologia Geral**. 2 a ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1913/1979.

KIRSCHBAUM, D. I. R.; DE PAULA, F. K. C. Contradições no discurso e na prática do

- trabalho de enfermagem nos serviços-dia de saúde mental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 36, n. 2, p. 170-176, 2002.
- KOBAYASHI, C. T. et al. Desenvolvimento e implantação de Terapia Assistida por Animais em hospital universitário. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 62, n. 4, 2009.
- LEVINSON, B. M. O cão como "co-terapeuta". **Higiene Mental. Nova York**, 1962.
- LIMA, B. F. Alguns apontamentos sobre a origem das psicoterapias fenomenológico-existenciais. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 28-38, jun. 2008.
- LIMA, R. D. Ser feliz sozinho? - Uma reflexão sobre a solidão e a solidude em nossa época. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 12, n. 143, p. 78-83, 2013.
- LONDERO, I.; PACHECO, J. T. B. Por que encaminhar ao acompanhante terapêutico? Uma discussão considerando a perspectiva de psicólogos e psiquiatras. **Psicologia em estudo**, v. 11, n. 2, 2006.
- LUCINSKI, G. F.; ANCONA-LOPES, M. A Psicologia Fenomenológica e a filosofia de Buber: o encontro na clínica. **Estudos de Psicologia**, v. 27, n. 1, p. 76-77, 2010.
- MACHADO, J. D. A. C. et al. Terapia assistida por animais (TAA). **Revista científica eletrônica de medicina veterinária**, v. 10, p. 1-7, 2008.
- MACHADO, J. C.; PAIXÃO, R. L. A representação do gato doméstico em diferentes contextos socioculturais e as conexões com a ética animal. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 11, n. 1, p. 231-253, 2014.
- MARQUES, M. I. **Violência em contexto psiquiátrico: avaliação da eficácia de um programa com actividades assistidas por animais**. 2008. 363 f. Dissertação (Doutorado em Saúde Mental) - Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, Porto, 2008.
- MCCARDLE et al. **Os animais em nossa vida: Família, comunidade e ambientes terapêuticos**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.
- MELLO, L. C. **Nise da Silveira: caminhos de uma psiquiatra rebelde**. Rio de Janeiro, Automática Edições, 2014.
- MELO, M. R. A. Desafios Atuais da Prática Clínica e das Medidas de Avaliação Psicológica. In: **MELO, M. R. A. Avaliação Psicológica: Evolução e Atualidade**. Curitiba: Editora CRV, 2014. p.129-147.
- MENEZES FILHO, A. S., GURGEL, W. B. Ética, método e experimentação animal: a questão do especismo nas ciências experimentais. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, UFMA, v. 18, n.3., 2011.
- MORIN, E. Epistemologia da Complexidade. In: **Schnitman, D. F. (org.). Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, pp. 274-289.
- _____. **O paradigma perdido: a natureza humana**. Europa América: 1973.

- MERLEAU-PONTY, M. **Conversas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- NASCIMENTO, K. C. et al. Conceitos de cuidado sob a perspectiva de mestrandas de enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 27, n. 3, p. 386, 2006.
- NETO, R. O. R.; PINTO, A. C. T.; OLIVEIRA, L. G. A. Acompanhamento terapêutico: história, clínica e saber. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 31, n. 1, p. 30-39, 2011.
- NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 2, 1996.
- NIETZSCHE, F. **Acerca da verdade e da mentira no sentido extra-moral**. Tradução de Paulo Osório de Castro. Lisboa: Relógio D'agua, 1997.
- NOGUEIRA, G. M. **Terapia assistida por animais: revisão sistemática da literatura e análise exploratória da prática psicomotora**. 2015. 81 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Reabilitação Psicomotora) – Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.
- OTERGA Y GASSET, J. **Meditação sobre a técnica**. Rio de Janeiro, Livro Ibero-americano, 1963.
- OWEN, I. R. **Psychotherapy and Phenomenology**. Lincoln, NE: Universe, 2006.
- PALOMBINI, A. L. Acompanhamento terapêutico: dispositivo clínico-político. **Psyche**, v. 10, n. 18, 2006.
- PEREIRA, M. J. F.; PEREIRA, L.; FERREIRA, M. I. Os benefícios da terapia assistida por animais: uma revisão bibliográfica. **Saúde coletiva**, v. 4, n. 14, 2007.
- PERES, S. P. O desenvolvimento do projeto de uma Psicologia Fenomenológica em Husserl. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 8, n. 2, 2014.
- PIMENTEL, A. Psicoterapia e clínica ampliada: diferenciando horizontes interventivos. In.: **HOLANDA, A. F. (org.). O campo das Psicoterapias: reflexões atuais**. Curitiba: Juruá, p. 165-174, 2012.
- PIMENTEL, L. Quando a solidão está no meio da multidão: o papel dos assistentes sociais no desenvolvimento de estratégias de articulação entre as famílias e as instituições de acolhimento a pessoas idosas. **Intervenção Social**, n. 35, p. 241-249, 2014.
- PINHEIRO, C. V. Q. O caso Ellen West de Binswanger: fenomenologia clínica de uma existência inautêntica. **Revista Subjetividades**, v. 5, n. 2, p. 382-396, 2005.
- PITA, J.; MOREIRA, V. As fases do pensamento fenomenológico de Ludwig Binswanger. **Psicologia em Estudo**, v. 18, n. 4, 2013.
- PITIÁ, A. C. A.; SANTOS, M. A. O acompanhamento terapêutico como estratégia de continência do sofrimento psíquico. **SMAD-Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, v. 2, n. 2, p. 01-18, 2006.

PITIÁ, A.C. A.; FUREGATO, A. R. F. O Acompanhamento Terapêutico (AT): dispositivo de atenção psicossocial em saúde mental. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 13, p. 67-77, 2009.

PORTO, R. T. C.; CASSOL, S. Zooterapia uma lição de cidadania: o cão sociabilizador e a criança vítima de violência intrafamiliar. *Discurso Jurídico*, v. 3, n. 2, 2007.

QUEIROZ, E. W. S. A Construção do Vínculo Terapêutico: Uma reflexão sob a perspectiva gestáltica. *Revista IGT na Rede*, v. 14, nº 26, 2017.

QUEIROZ, R. C. F. B. **Eficácia da intervenção assistida por animais na autopercepção de saúde, autoestima, sintomas depressivos e qualidade de vida relacionada à saúde em idosos residentes em instituição de longa permanência.** 2014. 118 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Gerontologia Biomédica) – Faculdade de Medicina, Pontífca Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

REED, R.; FERRER, L.; VILLEGAS, N. Curadores naturais: uma revisão da terapia e atividades assistidas por animais como tratamento complementar de doenças crônicas. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 20, n. 3, p. 612-618, Jun. 2012.

ROCHA, C. F. P. G.; MUÑOZ, P. O. L; ROMA, R. P. S. História do Relacionamento entre animais humanos e não humanos e da TAA. In: **Terapia Assistida Por Animais**. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2016.

RUIZ, V. S. et al. François Tosquelles, sua história no campo da Reforma Psiquiátrica: Desinstitucionalização e suas pistas para uma abordagem clínica do trabalho centrada na atividade. *Estud. pesqui psicol.*, Rio de Janeiro , v. 13, n. 3, p. 855-877, dez. 2013.

RUMPHO, M. E. et al. Horizontal gene transfer of the algal nuclear gene psbO to the photosynthetic sea slug *Elysia chlorotica*. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 105, n. 46, p. 17867-17871, 2008.

SAFRA, G. Placement: modelo clínico para o acompanhamento terapêutico. *Psychê*, v. 10, n. 18, 2006.

SANTOS, A. R. O.; SILVA, C. J. Os projetos de terapia assistida por animais no estado de São Paulo. *Rev. SBPH*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 133-146, jun. 2016.

SANTOS, L. G.; MOTTA, J. M.; DUTRA, M. C. B.. Acompanhamento terapêutico e clínica das psicoses. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 8, n. 3, p. 497-514, 2005.

SCHARRA, D. Aves terapeutas – a presença das aves na terapia animal assistida. **Patás Therapeutas**, jul./2015. Disponível em: http://patastherapeutas.org/wpcontent/uploads/2015/07/artigo_Aves_Terapeutas_A_presenca_das_aves_na_terapia_animal_assistida.pdf . Acesso em 30 nov.. 2018.

SCHELER, M. A Diferença Essencial entre o Homem e o Animal. In: **A situação do**

Homem no cosmos. Texto & Grafia: Lisboa, 2008.

SCHUTZ, A.; LUCKMANN, T. **Las estructuras del mundo de la vida.** 1. ed. Buenos Aires: Amarrortu, 2003.

SCRUTON, R. **Como ser um conservador.** Editora Record, 2015.

SILVA, L. D. C. **A Fenomenologia E As Intervenções Assistidas Por Animais Como alternativa Para Pessoas Diagnosticadas Com “Transtornos Mentais”.** Trabalho de conclusão de curso – Universidade federal do Maranhão, São Luís, 2017.

SILVA, A. S. T.; SILVA, R. N. A emergência do acompanhamento terapêutico e as políticas de saúde mental. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, n. 2, p. 210-221, 2006.

SOUTO, A. A. et al. **O conceito de subjetividade em A Ideia da Fenomenologia.** Tese de Doutorado, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2014.

SOUZA, T. P.; MACERATA, I. A Clínica nos Consultórios na Rua: territórios, coletivos e transversalidades. **Ayvu: Revista de Psicologia**, v. 1, n. 2, p. 03-23, 2015.

STUMM, K. E. et al. Terapia assistida por animais como facilitadora no cuidado a mulheres idosas institucionalizadas. **Revista de Enfermagem da UFSM, [S.l.]**, v. 2, n. 1, p. 205-212, abr. 2012.

STRUCHINER, C. D. Psicologia Fenomenológica: uma perspectiva husserliana. In: **COSTA, I. I. et al. Ética, Linguagem e Sofrimento.** Brasília/DF: UNB, 2003.

TEIXEIRA, I. S. **A terapia assistida por Animais como uma forma de associação:** um estudo antropológico sobre a relação humano-animais na promoção da saúde humana, no Brasil. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015

TOSI, G. Aristóteles e a escravidão natural. **Boletim do CPA**, Campinas, n. 15, p. 71-100, 2003.

VELOZO, R. S.; SERPA JÚNIOR, O. D. O Acompanhante Terapêutico “em ação” no campo público da assistência em saúde mental. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 9, n. 2, p. 318-338, 2006.

VOEGELIN, E. **A nova ciência da política.** Editora Universidade de Brasília, 1982.

YAMAMOTO, K. C. M. et al. Avaliação fisiológica e comportamental de cães utilizados em terapia assistida por animais (TAA). **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, p. 568-576, 2012.

WERLANG, B, S, G; ARGIMON, I, I, L; SÁ, S. D. Avaliação psicológica com propósito clínico. In: **Barroso, M. S; Scorsolini-Comin, F.; Nascimento, E. Avaliação Psicológica: da teoria às aplicações.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, p. 187-216, 2015.

ZILLES, U. Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl. **Rev. Abordagem gestalt.**,

Goiânia, v. 13, n. 2, p. 216-221, dez. 2007.

_____. A fenomenologia husserliana como método radical. In: HUSSERL, Edmund. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 11-57.